



Resultados Consolidados

1º Trimestre 2021

a nossa entrega é total

ÍNDICE

RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º TRIMESTRE 2021.....	4
1. DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO	5
2. OUTROS DESTAQUES	15
3. EVENTOS SUBSEQUENTES	16
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS.....	20

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A. – SOCIEDADE ABERTA

RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º TRIMESTRE 2021

- Rendimentos operacionais¹ no 1T21 crescem 14,1%, atingindo 205,3 M€, mais 25,4 M€ do que no 1T20, acelerando uma tendência de crescimento iniciada no 3T20 e 4T20 (+0,3% e +5,1%, respetivamente), com o desempenho notável do negócio de Expresso e Encomendas a crescer 26,1 M€ (+70,1%) e o Banco CTT a registar um crescimento de +1,7 M€ (+8,7%), que mais do que compensaram o decréscimo dos rendimentos no Correio e Outros de 1,6 M€ (-1,4%) e nos Serviços Financeiros e Retalho de 0,9 M€ (-6,7%).
- Expresso e Encomendas continua a atingir novos máximos de rendimentos, registando no 1T21 63,4 M€, impulsionados pelo forte desempenho da região ibérica, com Espanha a mostrar os resultados da estratégia delineada apresentando um crescimento de 15,5 M€ (+127,8%) e Portugal de +10,7 M€ (+43,8%).
- EBIT recorrente de 15,0 M€ no 1T21, a crescer 5,8 M€ (+62,2%) face ao 1T20, com incrementos significativos no Expresso e Encomendas de +6,3 M€ (+167,4%), no Banco CTT de +0,3 M€ (+26,6%) e no Correio e Outros de +0,2 M€ (+5,2%), que compensaram a evolução menos positiva da área de negócio de Serviços Financeiros e Retalho de -1,1 M€ (-14,8%).
- Cash flow operacional situou-se em 12,8 M€ no 1T21, mais 1,0 M€ (+8,5%) face ao 1T20.
- Resultado líquido⁵ de 8,7 M€, mais 5,0 M€ (+136,3%) do que no 1T20.

Resultados consolidados

	1T20	1T21	Valor	Δ%
Rendimentos operacionais ¹	179,9	205,3	25,4	14,1%
Correio e Outros	110,2	108,6	-1,6	-1,4%
Correio	109,5	107,8	-1,7	-1,5%
Estrutura Central	0,7	0,8	0,1	17,7%
Expresso e Encomendas	37,3	63,4	26,1	70,1%
Banco CTT	19,5	21,2	1,7	8,7%
Serviços Financeiros e Retalho	13,0	12,1	-0,9	-6,7%
Gastos operacionais (EBITDA) ²	156,2	176,3	20,1	12,9%
EBITDA ³	23,7	29,1	5,3	22,3%
Depreciações e amortizações ⁴	14,5	14,0	-0,5	-3,2%
EBIT recorrente	9,3	15,0	5,8	62,2%
Itens específicos	0,0	-0,8	-0,9	«
EBIT	9,3	15,9	6,6	71,5%
Resultados Financeiros (+ / -)	-3,1	-2,6	0,4	14,2%
Imposto sobre rendimento	2,5	4,5	2,0	82,2%
Interesses não controlados	0,0	0,0	0,0	11,5%
Resultado líquido do período ⁵	3,7	8,7	5,0	136,3%

¹ Excluindo itens específicos.

² Em 2021 e no período homólogo (proforma) os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma. Vide nota em 2. Outros Destaques sobre a alteração no apuramento do EBITDA em 2021.

³ Excluindo depreciações e amortizações e itens específicos. Vide nota em 2. Outros Destaques sobre a alteração no apuramento do EBITDA em 2021.

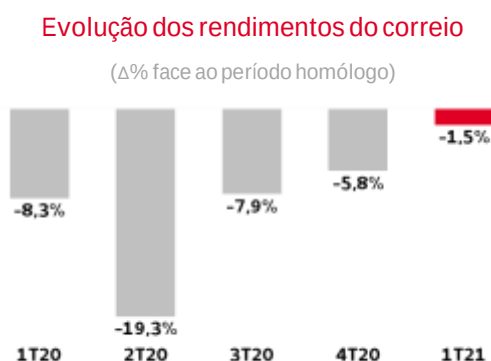
⁴ As depreciações e amortizações foram impactadas positivamente no 1T21 pela revisão da vida útil de alguns ativos.

⁵ Atribuível a detentores de capital.

1. Desempenho Operacional e Financeiro

Correio

Estando a área de negócio de Correio impactada estruturalmente pela tendência de queda do tráfego como resultado dos processos de digitalização e alterações de consumo, e pelos efeitos do confinamento geral, em especial no mês de janeiro (dado que o referido confinamento se iniciou em meados de janeiro e percorreu a totalidade do trimestre), a performance dos rendimentos mostra uma recuperação consistente iniciada após o 2T20:



Os rendimentos operacionais de Correio atingiram 107,8 M€ no 1T21, apenas 1,7 M€ abaixo (-1,5%) do 1T20. Esta redução advém fundamentalmente do correio transacional (-2,4 M€; -2,5%), mas a receita do 1T21 beneficiou da maior contribuição dos produtos de maior valor unitário, assistindo-se a uma menor dependência do correio normal – cujo peso na receita passa de 37% (1T20) para 33% (1T21) – e a uma maior importância do correio registado e internacional de chegada, cujo peso na receita cresce de 35% (1T20) para 38% (1T21).

Esta alteração de perfil é particularmente importante quando o preço médio do correio registado e internacional de chegada são superiores em 2,2 € e 1,1 €, respetivamente, ao preço médio do correio normal, para além do correio registado e internacional de entrada estarem menos expostos aos processos de digitalização que têm impactado significativamente a evolução dos volumes de correio.

Tráfego de correio

	1T20	1T21	Valor	Δ
Transacional	126,2	107,1	-19,2	-15,2%
Publicitário	11,1	10,1	-1,0	-9,2%
Editorial	7,6	7,2	-0,4	-4,6%
Total endereçado	144,9	124,4	-20,5	-14,2%
Publicitário não endereçado	115,4	92,0	-23,4	-20,3%

No 1T21 o tráfego do correio transacional apresentou um decréscimo (-15,2%) devido às quedas na maioria dos produtos, com exceção do correio verde (+30,8%). O decréscimo do tráfego de correio normal nacional foi de 18,0%, continuando os clientes contratuais dos setores da banca e seguros a ter a maior contribuição para esta evolução.

O efeito pandémico continuou a provocar um estrangulamento ao nível da rede logística internacional aérea, influenciando negativamente os volumes de tráfego do correio internacional, e também o custo deste tipo de transporte. O decréscimo no 1T21 no correio internacional de saída foi de 9,0%, tendo o correio internacional de chegada apresentado uma descida de 7,2%. Apesar da quebra do tráfego, a alteração do perfil dos objetos em

conjugação com o aumento do tarifário, sobretudo no correio internacional de chegada, permitiu um crescimento dos rendimentos.

O correio publicitário foi influenciado negativamente pela suspensão de campanhas e envios de clientes nos dois primeiros meses do ano, fruto do período de confinamento, evidenciando sinais de alguma retoma no mês de março. O tráfego do publicitário endereçado registou um decréscimo de 9,2% e o tráfego publicitário não endereçado registou uma queda de 20,3%.

No 1T21 as soluções empresariais registaram rendimentos de 3,6 M€, (+41,5%). Este incremento resultou do alargamento e otimização da oferta existente e da intensa dinamização comercial que se iniciaram no final do 1T20.

Os rendimentos da filatelia situaram-se em 1,1 M€ no 1T21, representando um decréscimo de 0,2 M€ (-12,9%) face ao 1T20. Destacamos, contudo, o crescimento de 54,4% nos rendimentos do mês de março de 2021 comparativamente com o mês anterior.

A variação média de preços do serviço postal universal⁶ no 1T21 face ao 1T20 foi 2,51%.

Expresso e Encomendas

Os rendimentos operacionais de Expresso e Encomendas atingiram um valor recorde de 63,4 M€ no 1T21, +26,1 M€ (+70,1%) do que no 1T20.

No mercado ibérico os rendimentos situaram-se em 62,7 M€, +71,7% do que no 1T20, e o tráfego totalizou 18,2 milhões de objetos, que representou um crescimento de 87,3% face ao 1T20.

No 1T21 os rendimentos em Portugal registaram 35,1 M€, +43,8% do que no 1T20 e o tráfego totalizou 8,5 milhões de objetos, que representa um crescimento de 50,9% face ao 1T20.

A performance do negócio em Portugal no 1T21 está assente no crescimento do CEP (Courier, Express and Parcels), cujos rendimentos atingiram 30,6 M€ (+61,8%). O negócio carga ascendeu a 2,5 M€ (-9,9%), o negócio banca a 1,2 M€ (-32,7%) e a logística a 0,6 M€ (-15,4%).

Os efeitos das restrições em virtude da pandemia de COVID-19, mantiveram um forte impacto no perfil de envios, verificando-se uma redução do tráfego B2B e, em contraponto, um grande crescimento da atividade de e-commerce (B2C), com um aumento muito relevante nos setores da alimentação, desporto e lazer, educação e cultura e eletrónica de consumo. Os negócios da carga e da banca foram os que sofreram maior impacto com as restrições.

O marketplace Dott⁷, lançado em maio de 2019 em parceria com a Sonae, tinha 1 610 vendedores presentes na plataforma, mais de 4,5 milhões de produtos disponíveis e 270 mil utilizadores registados no final de março de 2021, tendo o indicador GMV (volume bruto de mercadoria) observado um crescimento de 122% face ao 1T20. Tal evolução evidencia o forte crescimento e aceleração da digitalização e do e-commerce no período de confinamento.

Os rendimentos em Espanha situaram-se em 27,6 M€ no 1T21, +127,8% acima do 1T20. O tráfego totalizou 9,7 milhões de objetos, crescendo 137,2% face ao 1T20.

O 1T21 consolida a dinâmica de forte crescimento iniciada no ano de 2020, posicionando-se a CTT Express como um operador de referência no envio de encomendas urgentes no mercado ibérico. A Empresa continua a ganhar

⁶ Inclui correspondências, correio editorial e encomendas do serviço postal universal, excluindo o correio internacional de chegada.

⁷ O investimento do marketplace Dott é reconhecido pelo método da equivalência patrimonial (MEP) nas demonstrações financeiras consolidadas dos CTT – Correios de Portugal, S.A..

a confiança de grandes clientes nacionais e internacionais, atraídos por uma melhoria consistente de qualidade de serviço e pela capacidade e flexibilidade que a Empresa tem vindo a apresentar na sua oferta comercial. O forte crescimento do tráfego deveu-se sobretudo a novos grandes clientes angariados a partir de agosto de 2020.

A estratégia de investimento em tecnologia e inovação, bem como o arranque de novos centros de tratamento têm sido, e continuarão a ser em 2021, um pilar importante na execução operacional da estratégia ibérica.

Os rendimentos em Moçambique no 1T21 situaram-se em 0,7 M€, 5,6% abaixo do 1T20. O 1T21 caracterizou-se pelo elevado nível de incerteza relativamente à evolução da COVID-19, com a imposição de medidas restritivas, pelos impactos das calamidades naturais e pelo recente agravamento da instabilidade política e militar no norte do país, com consequências diretas na atividade económica.

Banco CTT

Os rendimentos operacionais do Banco CTT atingiram 21,2 M€ no 1T21, um crescimento de 1,7 M€ (+8,7%) face ao 1T20, sendo 17,2 M€ provenientes dos segmentos Banco e 321 Crédito (+2,3 M€; +15,7%) e 3,9 M€ do segmento de Pagamentos (-0,6 M€; -14,0%).

O crescimento dos rendimentos contou com a performance positiva da margem financeira, que atingiu 11,6 M€ (4,4 M€ do Banco CTT e 7,2 M€ da 321 Crédito) no 1T21, 1,1 M€ acima (+10,9%) do 1T20. O rácio de transformação no final do 1T21 ascendeu a 62,7%.

As comissões líquidas desta área de negócio cresceram 0,7 M€ (+9,7%), positivamente impactadas pelas comissões recebidas do Banco CTT de +1,3 M€ (+47,9%) em resultado do crescimento obtido nas contas e cartões de +0,9 M€ (+763,4%), já que em abril de 2020 foi introduzido um modelo de comissionamento do cartão de débito, e, ainda, pelos seguros e PPR de +0,4 M€ (+51,8%).

As comissões recebidas dos Pagamentos caíram 0,8 M€ (-17,5%). As maiores quebras ocorreram no pagamento de portagens e faturas, fortemente afetadas pela redução da procura de serviços transacionais na área pagamentos no decurso das medidas de restrição impostas pelo estado de emergência.

A produção de crédito automóvel situou-se em 40,6 M€ no 1T21 (-18,9% face à produção registada no 1T20), com uma carteira líquida de imparidades de 593,7 M€ (+5,9% face a dezembro de 2020). O início do ano continuou a ser afetado pelo encerramento temporário dos pontos de venda por força das medidas de confinamento, afetando a angariação de novas propostas.

A carteira de crédito habitação líquida de imparidades situou-se em 548,0 M€ (4,5% superior a dezembro de 2020). A produção de crédito à habitação ascendeu a 36,4 M€, um decréscimo de 9,9 M€ (-21,5%) face ao 1T20, refletindo os efeitos da retração económica causada pelo contexto pandémico.

O stock de produtos de poupança (fora do balanço do Banco CTT) atingiu 479,5 M€, 11,8% acima de dezembro de 2020.

A performance comercial do Banco CTT continuou a permitir o crescimento dos depósitos de clientes para 1 797,9 M€ (+6,4% face a dezembro de 2020) e do número de contas para 529 mil contas (mais 12 mil que no final do ano de 2020).

A 31 de março de 2021 existiam 769 moratórias que correspondem a 42,4 M€ (33,0 M€ de crédito à habitação, 6,5 M€ de crédito automóvel e 2,8 M€ de outros créditos), representando 3,7% do total da carteira bruta de crédito. Do total de moratórias terminadas, existem cerca de 2,5 M€ com atrasos superiores a 30 dias, que representa cerca de 10% do total de moratórias privadas terminadas em 30 de setembro de 2020, verificadas no segmento de crédito automóvel.

Serviços Financeiros e Retalho

Os rendimentos operacionais dos Serviços Financeiros e Retalho no 1T21 atingiram 12,1 M€ (8,4 M€ relativos aos produtos dos Serviços Financeiros e 3,6 M€ aos produtos de Retalho), com um decréscimo de 0,9 M€ (-6,7%) face ao 1T20.

Os produtos financeiros obtiveram rendimentos de 8,4 M€, um decréscimo de 1,8 M€ (-18,0%) face ao 1T20, com a seguinte composição:

- Os títulos da dívida pública (Certificados de Aforro e Certificados do Tesouro Poupança Crescimento) com rendimentos de 6,6 M€, diminuindo 1,7 M€ (-20,9%) face ao 1T20, tendo sido efetuadas 1 192,5 M€ de subscrições (-12,0% do que no 1T20).

Este decréscimo de subscrições, resulta dos excelentes resultados obtidos em janeiro de 2020, em que os montantes passíveis de recaptura (por vencimento de títulos) foram muito elevados (cerca de 1 500 M€) e que comparam com 385 M€ este ano. No entanto, este trimestre foi o mais forte dos últimos 4, excluindo o primeiro de 2020.

Por outro lado, também em janeiro de 2020, houve uma alteração das condições contratuais dos CTT com a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E., que afetou negativamente a receita daí em diante.

- Os seguros de capitalização impactaram negativamente a evolução dos rendimentos em 0,1 M€ face ao 1T20 (-50,7%), pelo vencimento do portefólio de produtos.
- Os rendimentos dos vales de 1,5 M€, apresentaram uma performance de -2,6% (-0,04 M€) face ao 1T20, resultado do efeito estrutural das alterações nos meios de pagamento deste serviço.
- Os serviços de pagamentos dos CTT registaram rendimentos de 0,2 M€ no 1T21, +0,05 M€ (+32,6%) do que no 1T20, beneficiando do encaminhamento para as lojas CTT do pagamento de impostos que reduziu o efeito estrutural da substituição eletrónica deste serviço.

Os produtos e serviços de retalho atingiram 3,6 M€ de rendimentos no 1T21, um aumento de 1,0 M€ (+37,1%) face ao 1T20, apresentado uma evolução positiva ao longo do trimestre (+3,7% face a janeiro de 2020, +33,4% face a fevereiro de 2020 e +85,2% face a março de 2020). Este crescimento está sobretudo assente nas vendas de “raspadinhas” e de produtos de proteção individual.

As medidas restritivas no período de confinamento de 2021, como a limitação de circulação das pessoas e a impossibilidade da comercialização de alguns produtos de retalho, apesar de terem permitido a manutenção das lojas abertas, conduziram a uma maior quebra nas receitas, nomeadamente, do subsídio de transporte aéreo (Açores e Madeira) e outros produtos.

Os CTT têm vindo a reforçar o seu posicionamento, no sentido de alavancar a retoma do crescimento após o período de confinamento, com a venda de novas emissões de livros e o lançamento de coleções exclusivas CTT, e produtos de retalho adequados aos espaços e ao contexto da rede de retalho.

Gastos operacionais

Os gastos operacionais totalizaram 189,4 M€, um crescimento de 18,8 M€ (+11,0%) face ao 1T20.

Gastos operacionais

	1T20	1T21	Valor	Δ
Gastos com pessoal	88,3	89,2	0,9	1,0%
FSE	58,4	75,7	17,3	29,7%
Imparidades e provisões	2,8	2,4	- 0,5	-16,4%
Outros gastos	6,7	9,0	2,3	35,0%
Gastos operacionais (EBITDA) ⁸	156,2	176,3	20,1	12,9%
Depreciações e amortizações	14,5	14,0	- 0,5	-3,2%
Itens específicos	0,0	-0,8	- 0,9	<<
Reestruturações empresariais e projetos estratégicos	0,4	0,6	0,2	49,8%
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	-0,4	-1,4	- 1,0	294,5%
Gastos operacionais	170,6	189,4	18,8	11,0%

Os gastos com pessoal aumentaram 0,9 M€ (+1,0%) devido às áreas de negócio de Expresso e Encomendas (+1,3 M€) e do Banco CTT (+0,6 M€). Este crescimento foi compensado parcialmente pelo decréscimo dos gastos com pessoal de 1,0 M€ nas restantes áreas de negócio, Correio e Outros e Serviços Financeiros.

Os gastos com fornecimentos e serviços externos aumentaram 17,3 M€ (+29,7%) justificados pelo crescimento dos gastos diretos (+15,7 M€) e do trabalho temporário (+1,7 M€), alavancados maioritariamente pelo crescimento verificado na área de negócio de Expresso e Encomendas.

Os gastos com imparidades e provisões reduziram-se 0,5 M€ (-16,4%), em resultado da revisão das matrizes de risco de crédito.

Os outros gastos cresceram 2,3 M€ (+35,0%), maioritariamente devido ao comportamento dos gastos associados às vendas de novos negócios de parcerias, lotaria, merchandising e comissões de multibanco (+2,2 M€).

As depreciações e amortizações apresentaram uma diminuição de 0,5 M€ (-3,2%) face ao 1T20, impactadas positivamente pela revisão da vida útil de alguns ativos (-2,0 M€), parcialmente compensada pela realização de novos contratos de arrendamento de edifícios que impactaram por via do normativo contabilístico IFRS 16 nas amortizações (+1,1 M€).

Os itens específicos ascenderam a -0,8 M€, discriminados da seguinte forma: (i) reestruturações empresariais de 0,1 M€ (+0,1 M€ face ao 1T20), (ii) projetos estratégicos de 0,4 M€ (+0,1 M€), que incluem 0,2 M€ de gastos com estudos de apoio à renegociação do novo contrato de concessão e 0,2 M€ de serviços de consultoria, e (iii) outros rendimentos e gastos de -1,4 M€ (-1,0 M€), dos quais se destacam a mais valia de 2,2 M€ gerada pela venda de títulos de dívida pública para financiar a parceria com a Sonae no cartão Universo, 0,3 M€ referentes a gastos associados a novas parcerias do Banco CTT, e gastos relacionados com a pandemia de COVID-19, nomeadamente 0,4 M€ em equipamentos de proteção individual, nebulizações, medição de temperatura e reforço das limpezas.

⁸ Em 2021 e no período homólogo (proforma) os gastos operacionais (EBITDA) passaram a incluir as imparidades e provisões e o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma.

Pessoal

Em 31 de março de 2021 o número de trabalhadores dos CTT (efetivos do quadro e contratados a termo) era de 12 096, mais 86 (+0,7%) do que em 31 de março de 2020.

N.º de Trabalhadores

	31.03.2020	31.03.2021	Valor	Δ
Correio e Outros	10 471	10 259	-212	-2,0%
Expresso e Encomendas	1 088	1 360	272	25,0%
Banco CTT	411	443	32	7,8%
Serviços Financeiros e Retalho	40	34	-6	-15,0%
Total, do qual:	12 010	12 096	86	0,7%
Efetivos do quadro	10 826	10 819	-7	-0,1%
Contratados a termo	1 184	1 277	93	7,9%
Portugal	11 532	11 452	-80	-0,7%
Outras geografias	478	644	166	34,7%

Verificou-se uma diminuição do número de trabalhadores (efetivos do quadro e contratados a termo) nas áreas de negócio de Correio e Outros (-212) e Serviços Financeiros e Retalho (-6) que não compensou o aumento observado nas áreas de negócio em expansão de Expresso e Encomendas (+272) e Banco CTT (+32).

No seu conjunto as áreas de operações e distribuição da rede base (5 702 trabalhadores, dos quais 4 271 carteiros distribuidores) e a rede de retalho (2 295 trabalhadores) representaram cerca de 74% do número de trabalhadores efetivos dos CTT.

EBIT recorrente

O EBIT recorrente situou-se em 15,0 M€ no 1T21, +5,8 M€ (+62,2%) do que no 1T20, com uma margem de 7,3% (5,2% no 1T20).

Esta evolução deveu-se ao crescimento significativo do EBIT nas áreas de negócio de Expresso e Encomendas de 6,3 M€ (+167,4%), Banco CTT +0,3 M€ (+26,6%) e Correio e Outros +0,2 M€ (+5,2%), que compensaram a evolução menos positiva na área de negócio de Serviços Financeiros e Retalho de -1,1 M€ (-14,8%).

EBIT recorrente por área de negócio

	1T20	1T21	Valor	Δ
EBIT recorrente por AN	9,3	15,0	5,8	62,2%
Correio e Outros	4,7	4,9	0,2	5,2%
Correio	20,1	17,6	-2,5	-12,4%
Estrutura central	- 15,4	- 12,7	2,7	17,8%
Expresso e Encomendas	- 3,8	2,5	6,3	167,4%
Banco CTT	1,1	1,4	0,3	26,6%
Serviços Financeiros e Retalho	7,2	6,2	-1,1	-14,8%

Milhões €

Resultados Financeiros e Resultado Líquido

Os resultados financeiros consolidados atingiram -2,6 M€, refletindo uma melhoria de 0,4 M€ (+14,2%) face ao 1T20.

Resultados Financeiros

	1T20	1T21	Valor	Milhões € Δ
Resultados financeiros	-3,1	-2,6	0,4	14,2%
Rendimentos financeiros líquidos	-2,5	-2,1	0,4	14,8%
Gastos e perdas financeiros	-2,5	-2,1	0,4	14,6%
Rendimentos financeiros	0,0	0,0	0,0	90,5%
Ganhos/perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-0,6	-0,5	0,1	11,7%

Os gastos e perdas financeiros incorridos ascenderam a 2,1 M€, incorporando maioritariamente os gastos financeiros com benefícios pós-emprego e de longo prazo aos empregados de 0,9 M€, juros suportados dos passivos de locação no âmbito da aplicação da IFRS 16 no valor de 0,8 M€ e juros de financiamentos bancários no montante de 0,5 M€.

Os CTT obtiveram no 1T21 um resultado líquido consolidado atribuível a detentores de capital do grupo CTT de 8,7 M€, 5,0 M€ acima (+136,3%) do obtido no 1T20, tendo sido influenciado positivamente pela evolução do EBIT (+6,6 M€) e dos resultados financeiros (+0,4 M€) e negativamente pelo imposto sobre o rendimento do período (+2,0 M€).

Investimento

O investimento situou-se em 5,9 M€, 5,1% acima (+0,3 M€) do realizado no 1T20.

A Empresa manteve o foco do investimento nas áreas de negócio em expansão, em particular na de Expresso e Encomendas (3,7 M€) e no Banco CTT (0,8 M€), garantindo desta forma o suporte e otimização dos processos destas atividades. Verificou-se um menor investimento nas restantes áreas de negócio, nomeadamente na área de Correio (1,4 M€).

Cash flow

A Empresa gerou no 1T21 um cash flow operacional de 12,8 M€, +1,0 M€ face ao 1T20.

Cash flow

	1T 20	1T 21	Milhões € Valor
EBITDA Ajustado	20,2	24,9	4,6
EBITDA	23,7	29,1	5,3
Non-cash itens*	-3,5	-5,0	-1,5
Itens específicos**	-0,0	0,8	0,9
Investimento	-5,6	-5,9	-0,3
Δ Fundo de Maneio	-2,8	-6,1	-3,3
Cash Flow operacional	11,8	12,8	1,0
Benefícios aos empregados	-3,2	-3,1	0,0
Impostos	-0,0	0,2	0,3
Cash Flow livre	8,7	9,9	1,3
Dívida (capital + juros)	-0,2	-0,3	-0,1
Variação de Caixa Própria	8,5	9,7	1,2
Δ Responsabilidade líquidas dos Serv. Financ. e outros e Banco CTT ⁹	-216,7	31,4	248,1
Δ Outros saldos de Caixa ¹⁰	64,2	-0,7	-65,0
Variação de Caixa	-144,0	40,4	184,4

*Imparidades, Provisões e IFRS16 com impacto no EBITDA.

**Itens específicos com impacto no EBITDA.

A evolução negativa da variação do fundo de maneio face ao 1T20 (-3,3 M€) deveu-se essencialmente a uma antecipação de recebimentos ocorrida no 1T20 e regularizada no trimestre seguinte, o que não se verificou no 1T21.

Posição Financeira Consolidada

Posição financeira consolidada

	31.12.2020	31.03.2021	Milhões € Valor	Δ
Ativo não corrente	1.984,3	1.988,5	4,2	0,2%
Ativo corrente	910,6	978,1	67,5	7,4%
Total do Ativo	2.894,9	2.966,6	71,7	2,5%
Capital próprio	150,3	159,0	8,7	5,8%
Total do passivo	2.744,6	2.807,6	62,9	2,3%
Passivo não corrente	493,4	488,3	-5,1	-1,0%
Passivo corrente	2.251,2	2.319,3	68,0	3,0%
Total capital próprio e passivo consolidado	2.894,9	2.966,6	71,7	2,5%

⁹ A variação das responsabilidades líquidas dos Serviços Financeiros e Banco CTT reflete a evolução dos saldos credores perante terceiros, depositantes ou outros passivos financeiros bancários, deduzidos dos valores aplicados em crédito ou investimentos em títulos / ativos financeiros bancários, das entidades que prestam serviços financeiros do Grupo CTT, designadamente, os serviços financeiros dos CTT, a Payshop, o Banco CTT e a 321 Crédito.

¹⁰ A variação dos outros saldos de caixa reflete a evolução dos saldos de depósitos à ordem no Banco de Portugal do Banco CTT, cheques a cobrar / compensação de cheques do Banco CTT e imparidade de depósitos e aplicações bancárias.

Na comparação da demonstração da posição financeira consolidada em 31.03.2021 com a de 31.12.2020, destaca-se que:

- O ativo cresceu 71,7 M€, maioritariamente devido ao crescimento das rubricas de Crédito a clientes bancários (+32,9 M€) com destaque para o crédito à habitação, de Caixa e equivalentes de caixa (+40,4 M€), na sequência do aumento significativo de depósitos captados pelo Banco CTT, de Contas a receber (+6,5M€) tendo sido parcialmente compensadas pelo decréscimo observado na rubrica de Títulos de Dívida (-11,3 M€) em resultado da alienação de carteiras de títulos.
- O capital próprio aumentou 8,7 M€ devido ao resultado líquido atribuível a detentores do capital do Grupo CTT no 1T21 no valor de 8,7 M€.
- O passivo aumentou 62,9 M€, destacando-se o acréscimo dos Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos (+109,0 M€) e o aumento dos Outros passivos correntes (+14,2 M€) em resultado, maioritariamente, do acréscimo de gastos com o pessoal. Em sentido contrário, observou-se o decréscimo das rubricas de Outras Contas a pagar (-57,6 M€) na sequência da redução dos montantes subscritos de Certificados do Tesouro e dos valores movimentados de Vales e Impostos.

A posição financeira do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Posição financeira consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2020	31.03.2021	Valor	Δ
Milhões €				
Ativo não corrente	638,8	649,3	10,5	1,6%
Ativo corrente	484,0	445,0	-39,1	-8,1%
Total do ativo	1 122,8	1 094,2	-28,6	-2,5%
Capital próprio	150,3	159,1	8,7	5,8%
Total do passivo	972,5	935,2	-37,3	-3,8%
Passivo não corrente	444,0	444,4	0,4	0,1%
Passivo corrente	528,5	490,8	-37,7	-7,1%
Total capital próprio e passivo consolidado	1 122,8	1 094,2	-28,6	-2,5%

As responsabilidades com benefícios aos empregados (benefícios pós-emprego e de longo prazo) decresceram no 1T21 para 281,8 M€, -1,2 M€ do que em dezembro de 2020, discriminadas conforme o quadro seguinte:

Responsabilidades com benefícios aos empregados

	31.12.2020	31.03.2021	Valor	Δ
Milhões €				
Total das responsabilidades	283,0	281,8	-1,2	-0,4%
Cuidados de saúde	271,2	270,5	-0,7	-0,3%
Cuidados de saúde (321 Crédito)	1,4	1,5	0,0	2,2%
Acordos de suspensão	2,8	2,2	-0,6	-20,5%
Outros benefícios de longo prazo aos trabalhadores	6,9	6,8	-0,1	-1,2%
Outros benefícios de longo prazo (321 Crédito)	0,2	0,2	0,0	1,9%
Plano de pensões	0,3	0,3	0,0	-1,7%
Outros benefícios	0,2	0,4	0,2	74,4%

Dívida Líquida Consolidada

Dívida líquida consolidada

	31.12.2020	31.03.2021	Milhões € Valor
Dívida líquida	71,4	63,4	-8,0
Dívida CP & LP	206,9	208,5	1,7
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	115,2	116,7	1,4
Caixa própria (I+II)	135,4	145,1	9,7
Caixa e equivalentes de caixa	518,2	558,6	40,4
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	498,8	540,0	41,1
Outros saldos de caixa	19,4	18,6	-0,7
Responsabilidade líquidas dos Serv. Financ. (II)	-363,4	-394,8	-31,4

Na comparação da dívida líquida consolidada em 31.03.2021 com a de 31.12.2020, destaca-se:

- A caixa própria aumentou 9,7 M€, uma vez que o comportamento positivo do cash flow operacional (+12,8 M€) mais do que compensou os pagamentos de benefícios aos empregados (-3,1 M€) e do serviço da dívida (-0,3 M€).
- A dívida de curto e longo prazo aumentou 1,7 M€ essencialmente devido ao aumento das responsabilidades com contratos de locação no âmbito da IFRS 16 (+1,4 M€).

A dívida líquida do Grupo CTT considerando o Banco CTT fora do perímetro de consolidação integral, sendo contabilizado como uma participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial, seria a seguinte:

Dívida líquida consolidada excluindo consolidação integral do Banco CTT, reconhecido pelo MEP

	31.12.2020	31.03.2021	Milhões € Valor
Dívida líquida c/ BCTT em MEP	153,9	159,4	5,5
Dívida CP & LP	204,7	206,5	1,8
Dos quais Locações financeiras (IFRS16)	113,0	114,6	1,6
Caixa própria (I+II)	50,8	47,1	-3,7
Caixa e equivalentes de caixa	286,4	232,6	-53,8
Caixa e seus equivalentes no final do período (I)	286,5	232,6	-53,9
Outros saldos de caixa	0,0	0,0	0,0
Responsabilidade líquidas dos Serv. Financ. (II)	-235,7	-185,5	50,2

2. Outros Destaques

ALTERAÇÃO À ESTRUTURA DE REPORTE DE INFORMAÇÃO

A partir de 2021 simplificou-se o apuramento do EBITDA com a inclusão das imparidades e provisões e com o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma. Desta forma, a única diferença entre o EBITDA e o EBIT são as depreciações e amortizações e os Itens específicos.

Os impactos desta simplificação refletem-se na apresentação do comparativo relativo ao ano de 2020 nos principais indicadores do Grupo, como de seguida se apresenta:

Milhões €	
EBITDA 2020	90,5
Imparidades e provisões	15,3
IFRS 16	-28,4
EBITDA 2020 (Proforma)	103,6

ASSUNTOS REGULATÓRIOS

O contrato de concessão do serviço postal universal, cujo termo estava previsto para 31.12.2020 foi prorrogado até 31.12.2021 pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro. Em fevereiro de 2021, os CTT desencadearam um procedimento formal destinado à resolução das questões relacionadas com a sustentabilidade do atual contrato de concessão, em particular, requerendo a compensação pela prorrogação unilateral. Estão em fase de conclusão os trabalhos de apuramento dos valores em concreto a reclamar. O Grupo de Trabalho criado pelo Governo para proceder à análise da evolução do serviço postal universal (SU), nos termos da Lei Postal, bem como para avaliar a necessidade de introdução de ajustamentos no âmbito do SU e das obrigações do respetivo prestador, terá terminado a fase de audição das partes interessadas. Estará a decorrer a fase de análise dos resultados das audições e elaboração das conclusões.

Mantendo-se a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, Portugal permaneceu em estado de emergência durante a maioria do trimestre, tendo os CTT, tal como no ano anterior, e ao abrigo da cláusula de força maior do contrato de concessão, continuado a implementar as normas de saúde pública emanadas das autoridades competentes, bem como a adotar as medidas complementares necessárias e adequadas para proteger trabalhadores e utilizadores, e a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais. Os CTT continuam a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do serviço postal universal.

A proposta de preços do serviço postal universal apresentada pelos CTT em 17.02.2021 foi aprovada pela ANACOM, por deliberação de 25.03.2021¹¹. Os preços subjacentes à referida proposta, que cumpria os princípios e critérios de formação de preços definidos, entraram em vigor em 01.04.2021. Esta atualização correspondeu a uma variação média anual do preço do cabaz de serviços de correspondências, correio editorial e encomendas de 1,35%, não incluindo a oferta do serviço postal universal a remetentes de envios em quantidade, aos quais se aplica o regime de preços especiais.

Os preços especiais dos serviços postais que integram a oferta do serviço postal universal aplicáveis a remetentes de envios em quantidade foram também atualizados¹² em 01.04.2021, na sequência de proposta comunicada ao Regulador em 25.03.2021.

¹¹ Nos termos dos critérios de formação de preços definidos por deliberação da ANACOM de 12.07.2018, complementada por deliberação de 05.11.2018, ao abrigo do n.º 3 do artigo 14.º da Lei n.º 17/2012, de 26 de abril (Lei Postal), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro, e pela Lei n.º 16/2014, de 4 de abril.

¹² Cfr. artigo 14.º-A da Lei postal, com a redação introduzida pelo artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 160/2013, de 19 de novembro.

As atualizações referidas correspondem a uma variação média anual dos preços de 1,72% para o ano de 2021, refletindo também o efeito da atualização dos preços dos serviços reservados (serviços de citações e notificações postais) e dos preços especiais do correio em quantidade.

OUTLOOK PARA O EXERCÍCIO DE 2021

Reposicionar o negócio para um maior crescimento:

- O Expresso e Encomendas e o Banco CTT continuarão a impulsionar o crescimento dos rendimentos, o que se traduzirá numa maior rentabilidade para a Empresa;
- A continuada aceleração das iniciativas na área digital permitirá reforçar a posição competitiva dos CTT;
- A incerteza gerada pela pandemia de COVID-19 está gradualmente a atenuar-se;
- Esta dinâmica permite aos CTT esperar atingir um EBIT de cerca de 60 M€ no exercício de 2021.

3. Eventos Subsequentes

Em 1 de abril de 2021 o Banco CTT reforçou a sua presença no segmento de crédito ao consumo, com a parceria com a “Sonae Financial Services”, passando o Banco CTT a ser o único credor em relação à carteira de crédito do Cartão Universo, válida para os próximos 5 anos e com visão de longo prazo. Este cartão dispõe atualmente de uma base de cerca de 850 mil clientes, com uma quota de mercado superior a 13%.

Realizou-se no dia 21 de abril de 2021 a Assembleia Geral dos CTT, tendo sido deliberados, entre outros, os seguintes pontos:

- Proposta de aplicação de resultados e distribuição de dividendos aos acionistas num total de 12.750.000 €, correspondente a 0,085 € por ação;
- Proposta de atribuição do montante máximo de 2.840.951 € (já pressuposto nas demonstrações financeiras de 2020) a colaboradores dos CTT, a título de gratificações de balanço;
- Política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização dos CTT para o mandato em curso e o plano de atribuição aos Administradores Executivos dos CTT de opções sobre ações representativas do capital social dos CTT.

Em 3 de maio de 2021 a ANACOM publicou seis decisões relativas aos termos e condições que devem estar associados à prestação do serviço universal (SU) e os termos em que o SU será prestado pelo(s) prestador(es) de serviço universal que for(em) designado(s) após a atual concessão, mantendo em larga medida o teor dos sentidos prováveis de decisão, em particular, sobre:

- critérios a que obedece a formação dos preços do serviço postal universal;
- parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho associados à prestação do serviço postal universal;
- distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio;
- conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço postal universal;
- metodologia de cálculo dos custos líquidos do serviço postal universal; e
- informação a prestar pelo(s) prestador(es) de serviço postal universal aos utilizadores.

Nota Final

Esta comunicação é baseada nas demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas dos CTT – Correios de Portugal, S.A. relativas ao primeiro trimestre de 2021, em anexo.

Lisboa, 06 de maio de 2021

O Conselho de Administração

Esta informação ao mercado e ao público em geral é efetuada nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários e está também disponível no site dos CTT em:

<https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>

CTT – Correios de Portugal, S.A.

Guy Pacheco

Representante para as Relações com o Mercado dos CTT

Peter Tsvetkov

Diretor do Gabinete de Relações com Investidores dos CTT

Contactos:

Email: investors@ctt.pt

Fax: + 351 210 471 996

Telefone: + 351 210 471 087

Disclaimer

Este documento foi preparado pelos CTT – *Correios de Portugal, S.A.* (“*Empresa*” ou “*CTT*”) *exclusivamente para efeitos da divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2021 e tem natureza meramente informativa. Este documento não constitui, nem deve ser interpretado como, uma oferta para vender, emitir, trocar ou adquirir quaisquer instrumentos financeiros (nomeadamente quaisquer valores mobiliários emitidos pelos CTT ou por qualquer das suas subsidiárias ou filiais), nem como qualquer forma de solicitação, recomendação ou conselho de (des)investimento pelos CTT nem pelas suas subsidiárias ou filiais.*

A distribuição deste documento em certas jurisdições pode ser proibida e os destinatários na posse do presente documento são os únicos responsáveis por informar-se sobre e por cumprir tais restrições. Em particular, esta comunicação e a informação nela contida não se destina a ser publicada, distribuída ou divulgada em ou para, direta ou indiretamente, os Estados Unidos da América (incluindo os seus territórios e possessões), Canadá, Japão ou Austrália ou qualquer outra jurisdição em que tal anúncio seria ilegal.

Desta forma, nem esta comunicação nem parte dela, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição. Assim, a Empresa não assume qualquer responsabilidade no que se refere ao presente documento, caso o mesmo seja utilizado para fins distintos dos supracitados.

Este documento (i) pode conter informação resumida e ser sujeito a alterações e aditamentos e (ii) a informação aqui incluída não foi verificada de forma independente nem objeto de auditoria ou revisão por quaisquer auditores ou consultores da Empresa. Assim, dada a natureza e finalidade da divulgação da informação nele contida e com exceção dos casos legalmente previstos, os CTT não se comprometem a atualizar ou rever publicamente qualquer informação inserida no presente documento. Este documento não esgota toda a informação prestada ao mercado sobre os CTT, pelo que os seus destinatários são convidados e aconselhados a consultar a informação pública divulgada pelos CTT em www.ctt.pt e em www.cmvm.pt. Em particular, o conteúdo desta comunicação deve ser lido e entendido à luz da informação financeira divulgada pelos CTT, através dos meios mencionados.

A leitura deste documento é tida como a aceitação / vinculação às restrições anteriores.

Declarações relativamente ao futuro

Esta comunicação inclui declarações relativas ao futuro. Todas as declarações constantes desta comunicação que não constituam factos históricos, incluindo, sem limitar, declarações que reflitam a nossa atual opinião ou, conforme aplicável, a dos nossos administradores, relativamente ao desempenho financeiro, estratégia de negócio, planos e objetivos de gestão relativamente às operações futuras são declarações relativas ao futuro. As declarações que incluem as expressões “*espera*”, “*tenciona*”, “*planeia*”, “*acredita*”, “*antecipa*”, “*será*”, “*visa*”, “*pode*”, “*poderia*”, “*seria*”, “*continua*” e declarações similares relativas ao futuro ou de tal natureza correspondem a declarações relativas ao futuro.

Todas as declarações relativas ao futuro incluídas na presente comunicação envolvem riscos certos e incertos e incertezas. Em conformidade, podem ou poderão ter lugar fatores importantes que determinem que os resultados, desempenho ou consequências efetivas difiram materialmente dos indicados nestas declarações. Quaisquer declarações relativas ao futuro constantes deste documento refletem a nossa opinião relativamente a eventos futuros e estão sujeitas a estes e outros riscos, incertezas e pressupostos relacionados com os resultados das nossas operações, estratégia de crescimento e liquidez.

Embora os CTT acreditem que os pressupostos de tais declarações são razoáveis na data em que são elaborados, advertem-se terceiros para o facto de que as informações e declarações relativas ao futuro estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais são difíceis de prever e geralmente estão para além do controlo dos CTT, o que poderá fazer com que os resultados e desenvolvimentos efetivos sejam significativamente diferentes daqueles expressos, implícitos ou projetados pelas informações e declarações relativas ao futuro.

As declarações relativas ao futuro não representam qualquer garantia de desempenho futuro nem foram revistas pelos auditores dos CTT, pelo que se adverte para que não seja depositada confiança indevida nas mesmas.

Quaisquer declarações relativas ao futuro referem-se apenas à data desta comunicação. Com exceção dos casos legalmente previstos, não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer declarações relativas ao futuro, em resultado de informação nova, desenvolvimentos futuros ou por outro motivo.

Relatório 3 meses 2021

Demonstrações financeiras consolidadas
intercalares condensadas

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES CONDENSADAS

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2021

Euros

	NOTAS	31.12.2020	Não auditado 31.03.2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	294.989.377	295.690.831
Propriedades de investimento	6	7.075.908	6.983.988
Ativos intangíveis	5	58.016.961	57.426.189
Goodwill		70.201.828	70.201.828
Investimentos em associadas		481	481
Investimentos em entidades conjuntamente controladas		2.925.100	2.432.520
Outros investimentos		6.394	6.394
Títulos de dívida	8	465.364.074	442.853.504
Outros ativos não correntes		1.063.789	592.513
Crédito a clientes bancários	10	985.355.687	1.015.482.818
Outros ativos financeiros bancários	9	11.422.884	9.989.815
Ativos por impostos diferidos	25	87.891.868	86.817.260
Total do ativo não corrente		1.984.314.351	1.988.478.141
Ativo corrente			
Inventários		6.601.999	6.135.856
Contas a receber		153.616.009	160.103.260
Crédito a clientes bancários	10	107.925.845	110.688.117
Diferimentos	11	6.498.759	9.231.766
Títulos de dívida	8	52.441.330	63.639.778
Outros ativos correntes		33.728.584	39.123.939
Outros ativos financeiros bancários	9	29.456.513	28.574.168
Caixa e equivalentes de caixa	12	518.180.171	558.600.955
		908.449.210	976.097.840
Ativos não correntes detidos para venda		2.139.065	2.015.816
Total do ativo corrente		910.588.275	978.113.656
Total do ativo		2.894.902.626	2.966.591.797
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital	14	75.000.000	75.000.000
Ações próprias	15	(8)	(8)
Reservas	15	65.919.935	65.920.180
Resultados transitados	15	39.962.419	56.636.917
Outras variações no capital próprio	15	(47.600.236)	(47.600.236)
Resultado líquido do período		16.669.309	8.700.423
Capital próprio atribuível a acionistas		149.951.419	158.657.276
Interesses não controlados		323.675	361.990
Total do capital próprio		150.275.094	159.019.266
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	18	164.034.127	165.554.321
Benefícios aos empregados		264.369.292	263.431.480
Provisões	19	17.416.354	17.275.326
Diferimentos	11	283.289	317.318
Outros passivos financeiros bancários	9	44.506.988	39.004.176
Passivos por impostos diferidos	25	2.793.698	2.726.635
Total do passivo não corrente		493.403.748	488.309.256
Passivo corrente			
Contas a pagar	20	375.562.902	317.935.623
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos	21	1.688.465.160	1.797.440.785
Benefícios aos empregados		18.630.568	18.396.562
Imposto a pagar	22	1.340.420	5.082.100
Financiamentos obtidos	18	42.832.626	42.969.904
Diferimentos	11	3.412.059	3.525.575
Outros passivos correntes		99.493.397	113.727.125
Outros passivos financeiros bancários	9	21.486.652	20.185.602
Total do passivo corrente		2.251.223.784	2.319.263.275
Total do passivo		2.744.627.532	2.807.572.531
Total do capital próprio e passivo		2.894.902.626	2.966.591.797

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2021

Euros

	NOTAS	Não auditado 31.03.2020	Não auditado 31.03.2021
Vendas e serviços prestados	3	163.393.029	186.282.196
Margem Financeira		10.425.575	11.558.405
Outros rendimentos e ganhos operacionais		6.090.843	7.486.351
		179.909.447	205.326.952
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(2.978.414)	(4.964.495)
Fornecimentos e serviços externos		(58.580.593)	(76.776.653)
Gastos com o pessoal	23	(88.318.919)	(89.337.208)
Imparidade de contas a receber (perdas / reversões)		(1.202.164)	(851.897)
Imparidade de outros ativos financeiros bancários		(620.097)	(1.417.027)
Provisões (aumentos / reversões)	19	(1.003.701)	(93.597)
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)		(14.466.372)	(14.003.235)
Resultados de outros ativos e passivos financeiros bancários		-	2.210.811
Outros gastos e perdas operacionais		(4.050.554)	(4.215.242)
Ganhos / perdas com alienação de ativos		576.984	16.437
		(170.643.830)	(189.432.107)
		9.265.617	15.894.845
Gastos e perdas financeiros	24	(2.514.353)	(2.146.675)
Rendimentos financeiros	24	3.143	5.986
Ganhos / perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		(557.960)	(492.581)
		(3.069.170)	(2.633.270)
Resultado antes de impostos		6.196.447	13.261.575
Imposto sobre o rendimento do período	25	(2.485.192)	(4.528.025)
Resultado líquido do período		3.711.255	8.733.550
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores de capital		3.681.542	8.700.423
Interesses não controlados		29.712	33.127
Resultado por ação:	17	0,02	0,06

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2021

Euros

	NOTAS	Não auditado 31.03.2020	Não auditado 31.03.2021
Resultado líquido do período		3.711.254	8.733.550
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial (ajustamento não reclassificável para a demonstração de resultados)	15	(1.549)	5.189
Variações nas reservas de justo valor	15	(34.501)	245
Outras alterações no capital próprio		(47.795)	5.189
Outro rendimento integral do período líquido de impostos		(83.845)	10.623
Rendimento integral do período		3.627.409	8.744.172
Atribuível a interesses não controlados		27.964	38.315
Atribuível aos accionistas dos CTT		3.599.445	8.705.858

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

CTT-CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2021
Euros

	NOTAS	Capital	Ações Próprias	Reservas	Outras variações no capital próprio	Resultados translatos	Resultado líquido do período	Interesses não controlados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019		75.000.000	(8)	65.852.595	(49.744.144)	10.867.301	29.196.933	242.255	131.414.932
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2019		-	-	-	-	29.196.933	(29.196.933)	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	-	-
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	-	2.143.908	(86.009)	-	(15.806)	(101.815)
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	67.340	-	-	-	-	67.340
Resultado líquido do período	15	-	-	-	-	(15.806)	-	-	(15.806)
Rendimento integral do período		-	-	-	-	-	16.669.309	97.225	16.766.534
Saldo em 31 de dezembro de 2020		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.962.419	16.669.309	81.420	18.860.162
Saldo em 1 de janeiro de 2021		75.000.000	(8)	65.919.935	(47.600.236)	39.962.419	16.669.309	323.675	150.275.094
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2020		-	-	-	-	16.669.309	(16.669.309)	-	-
Outros movimentos		-	-	-	-	-	-	-	-
Variações nas reservas de justo valor	15	-	-	245	-	-	-	5.189	5.189
Ajustamentos decorrentes da aplicação do método de equivalência patrimonial	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	15	-	-	-	-	-	8.700.423	33.126	8.733.549
Rendimento integral do período		-	-	245	-	5.189	8.700.423	38.315	8.744.172
Saldo em 31 de março de 2021 (não auditado)		75.000.000	(8)	65.920.180	(47.600.236)	56.836.917	8.700.423	361.990	159.019.266

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT - CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2021

Euros

	NOTAS	Não auditado 31.03.2020	Não auditado 31.03.2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		170.876.488	174.785.584
Pagamentos a fornecedores		(75.017.977)	(90.526.442)
Pagamentos ao pessoal		(71.730.818)	(71.374.011)
Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos		99.263.786	108.980.349
Crédito a clientes bancários		(59.303.089)	(34.111.022)
Caixa gerada pelas operações		64.088.390	87.754.459
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(49.456)	230.297
Outros recebimentos/pagamentos		(130.225.354)	(38.169.898)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		(66.186.421)	49.814.857
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		760.185	78.750
Propriedades de investimento		-	-
Títulos de dívida	8	12.960.871	36.486.622
Outros ativos financeiros bancários	9	3.365.000	26.770.000
Juros e rendimentos similares		9.344	10.178
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(7.890.962)	(5.116.682)
Ativos intangíveis		(4.880.088)	(4.127.028)
Títulos de dívida	8	(29.021.384)	(23.650.000)
Depósitos no Banco de Portugal		(63.507.823)	(1.123.500)
Outros ativos financeiros bancários	9	(900.000)	(24.800.000)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(89.104.856)	4.528.341
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	18	5.804.019	3.713.901
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5.810.011)	(3.729.908)
Depósitos de outras instituições de crédito		(37.881.082)	-
Outros passivos financeiros bancários	9	(8.531.092)	(5.500.582)
Juros e gastos similares		(187.281)	(244.625)
Passivos de locação	18	(6.356.790)	(7.443.849)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(52.962.236)	(13.205.064)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(208.253.513)	41.138.134
Caixa e seus equivalentes no início do período		414.865.569	498.826.782
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12	206.612.056	539.964.916
Caixa e seus equivalentes no fim do período			
Depósitos à ordem no Banco de Portugal		89.431.857	16.919.100
Cheques a cobrar do Banco CTT / Compensação de cheques do Banco CTT		2.952.961	1.725.533
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias		(20.822)	(8.594)
Caixa e seus equivalentes (Balanço)		298.976.052	558.600.955

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas
(Montantes expressos em Euros)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	25
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	25
2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo	26
2.2 Bases de apresentação	26
3. RELATO POR SEGMENTOS.....	27
4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	32
5. ATIVOS INTANGÍVEIS.....	34
6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	36
7. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO	38
8. TÍTULOS DE DÍVIDA.....	40
9. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS BANCÁRIOS	43
10. CRÉDITO A CLIENTES BANCÁRIOS	45
11. DIFERIMENTOS.....	52
12. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	52
13. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS.....	53
14. CAPITAL	55
15. AÇÕES PRÓPRIAS, RESERVAS, OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO E RESULTADOS TRANSITADOS.....	56
16. DIVIDENDOS	58
17. RESULTADOS POR AÇÃO	58
18. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	59
19. PROVISÕES, GARANTIAS PRESTADAS, PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS	61
20. CONTAS A PAGAR.....	64
21. DEPÓSITOS DE CLIENTES BANCÁRIOS E OUTROS EMPRÉSTIMOS	64
22. IMPOSTO A RECEBER / PAGAR	65
23. GASTOS COM O PESSOAL	65
24. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	67
25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO	67
26. PARTES RELACIONADAS	71
27. OUTRAS INFORMAÇÕES	72
28. EVENTOS SUBSEQUENTES	73

1.Introdução

CTT – Correios de Portugal, S. A. – Sociedade Aberta (“CTT” ou “Empresa”), com sede na Avenida D. João II, n.º 13, 1999-001 em Lisboa, teve a sua origem na “Administração Geral dos Correios Telégrafos e Telefones” e a sua atual forma jurídica decorre de sucessivas ações de organização do sector Empresarial do Estado na área das Comunicações.

Pelo Decreto-Lei n.º 49.368 de 10 de novembro de 1969, foi criada a Empresa pública CTT - Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., que iniciou a sua atividade em 1 de janeiro de 1970. Pelo Decreto-Lei n.º 87/92, de 14 de maio, os CTT – Correios e Telecomunicações de Portugal, E. P., foram transformados em pessoa coletiva de direito privado, com o estatuto de sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos. Através do Decreto – Lei n.º 277/92, de 15 de dezembro, com a criação da ex-Telecom Portugal, S.A., por cisão dos Correios e Telecomunicações de Portugal, S.A., a sociedade passou à sua atual designação de CTT – Correios de Portugal, S.A..

Em 31 de janeiro de 2013 o Estado Português, através despacho n.º 2468/12 – SETF de 28 de dezembro, transferiu as ações detidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças nos CTT para a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

Em Assembleia Geral dos CTT realizada em 30 de outubro de 2013, o seu capital social foi reduzido para 75.000.000 Euros, passando a ser representado por 150.000.000 ações, como resultado de um desdobramento de ações que foi realizado através da redução do seu valor nominal de 4,99 Euros para 0,50 Euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 verificou-se a abertura do capital dos CTT ao setor privado. Deste modo, e suportado no Decreto-Lei n.º 129/2013, de 6 de setembro e na Resolução do Conselho de Ministros (“RCM”) n.º 62-A/2013, de 10 de outubro, na RCM n.º 62-B/2013, de 10 de outubro e na RCM n.º 72-B/2013, de 14 de novembro, ocorreu a 5 de dezembro de 2013 a primeira fase da privatização do capital dos CTT. Nesta data, 63,64% do capital dos CTT (95,5 milhões de ações) passou a ser detido pelo setor privado, dos quais 14% (21 milhões de ações) foi alienado em Oferta Pública de Venda e 49,64% (74,5 milhões de ações) por Venda Direta Institucional. Em 31 de dezembro de 2013 o Estado português, através da Parpública-Participações Públicas, SGPS, S.A., detinha uma participação de 36,36% do capital dos CTT, 30,00% por detenção e 6,36% por imputação.

Em 5 de setembro de 2014 ocorreu a 2ª fase da privatização do capital dos CTT. A participação detida pela Parpública - Participações Públicas, SGPS, S.A., de 31,503% do capital dos CTT, foi nesta data objeto de uma oferta particular de venda de ações através de um processo de accelerated bookbuilding dirigida em exclusivo a investidores institucionais.

As ações dos CTT encontram-se cotadas na Euronext Lisbon.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros por esta ser a moeda principal das operações do Grupo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 6 de maio de 2021.

2.Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas adotadas, incluindo as políticas de gestão do risco financeiro, são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo a 31 de dezembro de 2020, exceto para as novas normas e alterações efetivas a partir de 1 de janeiro de 2021.

2.1 Novas normas ou alterações adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, apresentam-se como segue:

- COVID-19 – Concessões de rendas Alteração à IFRS 16 - Em maio de 2020, o IASB emitiu “COVID-19 – Concessões de rendas”, que alterou a IFRS 16 Locações.
Se certas condições se verificarem, a alteração permite que os arrendatários, como um expediente prático, não avaliem se determinadas concessões de renda relacionadas com a COVID-19 são modificações da locação. Em vez disso, os arrendatários que apliquem o expediente prático deverão contabilizar essas concessões de renda como se não fossem modificações da locação, de modo que, por exemplo, o valor da renda perdoado em ou antes de 30 de junho de 2021 é reconhecido no resultado no mesmo ano em que a concessão é concedida, em vez de ser atribuída ao longo da duração do contrato, como seria o caso se o expediente prático não fosse permitido.
A alteração é aplicada para os períodos anuais com início em ou após 1 de junho de 2020.
O Grupo não registou alterações significativas com a adoção da presente norma.
- Reforma do Índice de Referência da Taxa de Juro 2 - Fase 2 (Alterações à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16) - Em agosto de 2020, o IASB emitiu a Reforma de Referência da Taxa de Juros - Fase 2, que altera a IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IFRS 4 Contratos de Seguro e IFRS 16 Locações.
O objetivo das alterações é o de ajudar as entidades a fornecer informações úteis aos utilizadores das demonstrações financeiras e apoiar os preparadores na aplicação das Normas IFRS quando são feitas alterações nos fluxos de caixa contratuais ou relações de cobertura, como resultado da transição de uma taxa de referência IBOR para taxas de referência alternativas, no contexto da reforma das taxas sem risco em curso ('reforma do IBOR').
As alterações são o resultado da segunda fase do projeto do IASB que trata dos impactos contabilísticos da reforma do IBOR, que originou a Reforma do Referencial da Taxa de Juro (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7) emitida pelo IASB em 26 de setembro 2019. Elas complementam a primeira fase do projeto que tratou dos impactos contabilísticos de pré-substituição da reforma do IBOR e que foram emitidos pelo IASB em 2019.
As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2021.
O Grupo não registou alterações significativas com a adoção da presente norma.
- Extensão da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 (alterações à IFRS 4) - O IASB emitiu “Extensão da Isenção Temporária da Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4)” em 25 de junho de 2020. O objetivo das alterações é estender a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 em dois anos (ou seja, de 2021 para 2023), a fim de alinhar as datas de vigência da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 17 Contratos de Seguro. Estas alterações, afetam apenas entidades do sector segurador, pelo que não tiveram impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.2 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares condensadas foram preparadas utilizando políticas contabilísticas consistentes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS / IFRS”), tal como adotadas na União Europeia a 1 de janeiro de 2021, e em conformidade com a IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar.

As demonstrações financeiras consolidadas intercalares foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor.

3. Relato por segmentos

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8 o Grupo apresenta o relato financeiro por segmentos.

O Conselho de Administração analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

A partir de 2021, no relato por segmentos, simplificou-se o apuramento do EBITDA com a inclusão das imparidades e provisões e com o impacto das locações abrangidas pela IFRS 16 a ser apresentado nos termos desta norma. Desta forma, a única diferença entre o EBITDA e o EBIT são as depreciações e amortizações e os Itens específicos.

O negócio dos CTT encontra-se dividido por segmentos da seguinte forma:

- Correo – CTT Contacto S.A., CTT Soluções Empresariais, S.A. e CTT, S.A. excluindo:
 - O negócio relacionado com os serviços financeiros postais e produtos de retalho - Serviços Financeiros e Retalho;
 - O negócio de pagamentos relacionado com a cobrança de faturas e coimas, transferências Western Union, soluções integradas e as portagens - Banco.
- Expresso & Encomendas – inclui a CTT Expresso, a CORRE e o Fundo de Inovação Techtree;
- Serviços Financeiros & Retalho – Serviços Financeiros Postais e a venda dos produtos e serviços na rede de retalho dos CTT, S.A.;
- Banco – Banco CTT, S.A., Payshop, 321 Crédito e negócio de pagamentos dos CTT, S.A. (mencionado supra).

A divisão do negócio por segmentos é baseada na informação de Gestão produzida internamente e apresentada ao “chief operating decision maker”.

Os segmentos cobrem os três mercados de atuação dos CTT:

- Mercado Postal coberto pelo segmento do Correo;
- Mercado de Expresso e Encomendas, coberto pelo segmento de Expresso & Encomendas;
- Mercado Financeiro, coberto pelo segmento de Serviços Financeiros & Retalho e Banco.

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como da anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados diretamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos entre empresas do mesmo segmento, não sendo efetuados quaisquer ajustamentos de imputação entre segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados diretamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respetivas, ajustadas pela anulação das transações entre empresas do mesmo segmento.

No entanto, dado que a empresa CTT, S.A. tem atividade em mais do que um segmento foi necessário repartir os seus rendimentos e gastos pelos vários segmentos operacionais. As Prestações Internas de Serviços referem-se a serviços prestados entre as diferentes áreas de negócio dos CTT, S.A., sendo os valores apurados em função de atividades standard valorizadas através de preços de transferência. O segmento Correo presta serviços internos essencialmente relacionados

com a Rede de Retalho (incluída no segmento Correio). Adicionalmente, o segmento Serviços Financeiros utiliza a Rede de Retalho para comercializar os seus produtos. A utilização da Rede de Retalho pelos outros segmentos, nomeadamente segmentos Expresso & Encomendas e Banco CTT é igualmente apresentada na linha Prestações Internas de Serviços.

Numa primeira fase, os gastos operacionais dos CTT, S.A. são afetados aos diferentes segmentos através da imputação das prestações internas de serviços referidas anteriormente. Após esta primeira imputação, os gastos relativos às áreas corporativas e de suporte (Estrutura Central CTT) anteriormente não imputados são alocados por natureza ao segmento Correio e outros.

A demonstração consolidada dos resultados por natureza e segmento do 1º trimestre de 2020 e de 2021 são as seguintes:

Milhares de Euros	31.03.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	110.170	37.300	12.966	19.474	179.909
Vendas e prestação de serviços	108.870	37.115	12.831	4.577	163.393
Vendas	1.763	161	1.781	-	3.705
Prestação de serviços	107.107	36.953	11.050	4.577	159.688
Margem Financeira	0	-	-	10.426	10.426
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.299	185	135	4.471	6.091
Gastos operacionais - EBITDA	94.742	38.907	5.618	16.896	156.163
Gastos com pessoal	75.472	6.480	596	5.746	88.294
Fornecimentos e serviços externos	19.108	31.520	665	7.064	58.356
Outros gastos	2.762	541	1.623	1.761	6.687
Imparidades e Provisões	349	887	-	1.590	2.826
Prestações internas de serviços	(2.950)	(520)	2.735	736	-
EBITDA	15.428	(1.607)	7.348	2.578	23.746
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	10.739	2.158	100	1.470	14.466
EBIT Recorrente	4.689	(3.765)	7.248	1.107	9.280
Itens específicos	(34)	38	0	10	14
Reestruturações empresariais	5	20	-	-	25
Gastos com estudos e projetos estratégicos	343	-	-	-	343
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	(382)	18	0	10	(354)
EBIT	4.723	(3.803)	7.248	1.097	9.266
Resultados financeiros					(3.069)
Rendimentos financeiros líquidos					(2.511)
Gastos e perdas financeiros					(2.514)
Rendimentos financeiros					3
Ganhos / perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(558)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					6.196
Imposto sobre o rendimento					2.485
Resultado antes de interesses não controlados					3.711
Interesses não controlados					30
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					3.682

Milhares de Euros	31.03.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Rendimentos operacionais	108.615	63.446	12.100	21.166	205.327
Vendas e prestação de serviços	107.278	63.243	11.986	3.775	186.282
Vendas	2.483	80	2.915	-	5.477
Prestação de serviços	104.796	63.163	9.071	3.775	180.805
Margem Financeira	(0)	-	-	11.558	11.558
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1.337	203	114	5.833	7.486
Gastos operacionais - EBITDA	94.417	58.161	5.895	17.801	176.274
Gastos com pessoal	74.753	7.804	351	6.314	89.221
Fornecimentos e serviços externos	17.365	50.069	599	7.629	75.663
Outros gastos	4.092	381	2.628	1.926	9.028
Imparidades e Provisões	412	478	-	1.473	2.363
Prestações internas de serviços	(2.205)	(570)	2.317	459	-
EBITDA	14.198	5.285	6.205	3.365	29.053
Depreciações / amortizações e imparidade de investimentos (perdas / reversões)	9.263	2.746	30	1.964	14.003
EBIT Recorrente	4.935	2.538	6.175	1.402	15.050
Itens específicos	684	293	0	(1.822)	(845)
Reestruturações empresariais	15	92	-	-	107
Gastos com estudos e projetos estratégicos	400	-	-	44	444
Outros rendimentos e gastos não recorrentes	268	201	0	(1.866)	(1.396)
EBIT	4.251	2.245	6.174	3.224	15.895
Resultados financeiros					(2.633)
Rendimentos financeiros líquidos					(2.141)
Gastos e perdas financeiros					(2.147)
Rendimentos financeiros					6
Ganhos / perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					(493)
Resultado antes impostos e int. não controlados (EBT)					13.262
Imposto sobre o rendimento					4.528
Resultado das operações descontinuadas					-
Resultado antes de interesses não controlados					8.734
Interesses não controlados					33
Resultado líquido atribuível aos detentores de capital dos CTT					8.700

Nos primeiros três meses do período findo a 31 de Março de 2021, o montante de -0,8 M€, reconhecido em itens específicos, detalha-se conforme segue: (i) reestruturações empresariais de 0,1 M€ (+0,1 M€ face ao período de três meses findo a 31 de

Março de 2020), (ii) projetos estratégicos de 0,4 M€ (+0,1 M€), que incluem 0,2 M€ de gastos com estudos de apoio à renegociação do novo contrato de concessão e 0,2 M€ de serviços de consultoria, e (iii) outros rendimentos e gastos de -1,4 M€ (-1,0 M€), dos quais se destacam a mais valia de 2,2 M€ gerada pela venda de títulos de dívida pública para realocação de capital para financiar a parceria com Sonae no cartão Universo, 0,3 M€ referentes a gastos associados a novas parcerias do Banco CTT, e gastos relacionados com a pandemia de COVID-19, nomeadamente 0,4 M€ em equipamentos de proteção individual, nebulizações, medição de temperatura e reforço das limpezas.

As receitas detalham-se como se segue:

Milhares de Euros	31.03.2020	31.03.2021
Correio	110.170	108.615
Correio Transacional	94.950	92.545
Correio Editorial	3.279	3.284
Encomendas (SU)	1.443	1.943
Correio publicitário	5.087	4.273
Filatelias	1.301	1.133
Soluções empresariais	2.509	3.550
Outros	1.600	1.886
Expresso & encomendas	37.300	63.446
Portugal	24.434	35.142
CEP	18.912	30.591
Carga	2.819	2.541
Banca	1.771	1.192
Logística	671	567
Outros negócios	261	251
Espanha	12.111	27.592
Moçambique	755	713
Serviços Financeiros & Retalho	12.966	12.100
Poupança e seguros	8.634	6.751
Vales postais	1.494	1.456
Pagamentos	141	186
Produtos e Serviços de Retalho	2.654	3.640
Outros	43	66
Banco	19.474	21.166
Margem Financeira	4.089	4.391
Juros e rendimentos (+)	4.354	4.575
Juros e encargos (-)	(266)	(184)
Comissões Recebidas (+)	2.797	4.137
Produtos próprios	1.715	2.589
Crédito ao consumo e seguros	1.083	1.548
Pagamentos e outros	4.612	3.939
321 crédito	7.976	8.700
	179.909	205.327

A decomposição do rédito, correspondente às vendas e prestação de serviços e margem financeira, para o período findo em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, pelas fontes de rédito, são detalhadas conforme segue:

Natureza	31.03.2020				Total
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	
Serviços postais	100.208.161	-	-	-	100.208.161
Serviços expresso	-	37.114.712	-	-	37.114.712
Venda produtos Merchandising	-	-	356.930	-	356.930
Apartados	-	-	340.558	-	340.558
Carregamentos de serviços telecomunicações móveis pré-pagos	-	-	-	-	-
Serviços postais internacionais (*)	8.662.271	-	-	-	8.662.271
Comissões Serviços Financeiros	-	-	12.133.055	15.002.916	27.135.971
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	108.870.432	37.114.712	12.830.544	15.002.916	173.818.604

(*) Correio Inbound

Natureza	31.03.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Serviços postais	97.518.039	-	-	-	97.518.039
Serviços expresso	-	63.243.092	-	-	63.243.092
Venda produtos Merchandising	-	-	623.861	-	623.861
Apartados	-	-	417.056	-	417.056
Carregamentos de serviços telecomunicações móveis pré-pagos	-	-	-	-	-
Serviços postais internacionais (*)	9.760.291	-	-	-	9.760.291
Comissões Serviços Financeiros	-	-	10.944.692	15.333.568	26.278.260
Total "Vendas e prestação de serviços" e "Margem financeira"	107.278.331	63.243.092	11.985.610	15.333.568	197.840.601

(*) Correio Inbound

Os ativos por segmentos detalham-se como se segue:

Ativos (Euros)	31.12.2020					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	19.192.607	5.634.469	166.504	28.879.018	4.144.364	58.016.961
Ativos fixos tangíveis	239.053.222	48.425.431	74.351	3.151.484	4.284.888	294.989.376
Propriedades de investimento	-	-	-	-	7.075.908	7.075.908
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	87.891.868	87.891.868
Contas a receber	-	-	-	-	153.616.009	153.616.009
Crédito a clientes bancários	-	-	-	1.093.281.532	-	1.093.281.532
Títulos da dívida	-	-	-	517.805.404	-	517.805.404
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	40.879.397	-	40.879.397
Outros ativos	6.137.166	7.559.469	17.349.976	4.973.905	14.804.590	50.825.106
Caixa e equivalentes de caixa	-	12.543.023	-	231.741.308	273.895.841	518.180.172
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	2.139.065	-	2.139.065
	270.544.321	77.118.145	17.590.831	1.983.935.861	545.713.468	2.894.902.626

Ativos (Euros)	31.03.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	20.438.794	5.775.020	159.455	28.067.563	2.985.358	57.426.189
Ativos fixos tangíveis	240.069.869	49.254.220	85.896	3.159.530	3.121.317	295.690.831
Propriedades de investimento	-	-	-	-	6.983.988	6.983.988
Goodwill	6.161.326	2.955.753	-	61.084.749	-	70.201.828
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	86.817.260	86.817.260
Contas a receber	-	-	-	-	160.103.260	160.103.260
Crédito a clientes bancários	-	-	-	1.126.170.935	-	1.126.170.935
Títulos da dívida	-	-	-	506.493.283	-	506.493.283
Outros ativos financeiros bancários	-	-	-	38.563.982	-	38.563.982
Outros ativos	5.955.956	10.101.590	15.585.442	5.056.209	20.824.272	57.523.469
Caixa e equivalentes de caixa	-	16.768.113	-	326.010.197	215.822.645	558.600.955
Ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	2.015.816	-	2.015.816
	272.625.945	84.854.696	15.830.793	2.096.622.264	496.658.099	2.966.591.797

As adições de ativos não correntes por segmento detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	5.530.649	2.385.548	25.062	6.028.632	-	13.969.891
Ativos fixos tangíveis	27.883.190	18.892.388	26.759	829.679	488.906	48.120.922
	33.413.839	21.277.937	51.821	6.858.311	488.906	62.090.814

	31.03.2021					
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Ativos não alocados	Total
Ativos intangíveis	1.016.129	680.892	375	580.341	-	2.277.737
Ativos fixos tangíveis	8.505.168	2.974.137	-	282.909	-	11.762.213
	9.521.297	3.655.028	375	863.249	-	14.039.950

Detalhamos seguidamente os motivos subjacentes à não alocação a qualquer segmento de negócio dos seguintes ativos:

- “Ativos intangíveis” (2.985.358 Euros): O valor não alocado corresponde aos ativos intangíveis em curso, os quais têm sido alocados ao respetivo segmento no momento em que passam a firme;
- “Ativos fixos tangíveis” (3.121.317 euros): Este valor corresponde aos ativos fixos tangíveis em curso e aos adiantamentos por conta de investimentos, que serão alocados ao respetivo segmento no momento da passagem a firme;

- “Propriedades de investimento” (6.983.988 Euros): Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento;
- “Ativos por impostos diferidos” (86.817.260 Euros): Estes ativos são maioritariamente constituídos por impostos diferidos ativos associados a benefícios aos empregados sendo os relativos ao Plano de Saúde dos CTT, S.A. o montante mais relevante, conforme detalhado na nota 25 – Impostos sobre o rendimento. Tendo em conta que os CTT, S.A. estão afetos a diferentes segmentos, como já referido, a afetação destes ativos aos diferentes segmentos não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Contas a receber” (160.103.260 Euros): Este valor não é passível de alocação, devido à existência de clientes multiproduto cujos valores a receber correspondem a mais do que um segmento;
- “Outros ativos” (20.824.272 Euros): Este montante corresponde, essencialmente, aos investimentos em associadas e aos investimentos em entidades conjuntamente controladas que não se encontram afetos à atividade operacional, razão pela qual não se encontram afetos a nenhum segmento, bem como a algumas rubricas de diferimentos e outros ativos correntes e não correntes, que respeitam na sua maioria aos CTT, S.A. e que estando afetas a diferentes segmentos, a sua alocação não se afigura possível de ser efetuada de forma fiável;
- “Caixa e equivalentes de caixa” (215.822.645 Euros): O valor não alocado corresponde essencialmente ao caixa e equivalentes de caixa dos CTT S.A., na medida em que esta empresa concentra os negócios dos segmentos de Correio, Serviços Financeiros & Retalho e Banco (negócio de pagamentos), não sendo possível dividir os montantes em caixa e depositados nos bancos por cada um dos negócios dos CTT.

Abaixo apresentamos os financiamentos por segmento:

Outra informação (Euros)	31.12.2020				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	135.280.954	27.330.780	45.727	1.376.666	164.034.127
Financiamentos bancários	74.799.925	-	-	-	74.799.925
Passivos de locação	60.481.029	27.330.780	45.727	1.376.666	89.234.203
Financiamentos correntes	27.225.711	14.773.659	25.114	808.142	42.832.626
Financiamentos bancários	7.125.000	9.731.747	-	-	16.856.747
Passivos de locação	20.100.711	5.041.912	25.114	808.142	25.975.879
	162.506.664	42.104.439	70.841	2.184.808	206.866.753

Outra informação (Euros)	31.03.2021				
	Correio	Expresso & Encomendas	Serviços Financeiros & Retalho	Banco	Total
Financiamentos não correntes	138.152.196	26.087.873	51.383	1.262.869	165.554.321
Financiamentos bancários	75.027.009	-	-	-	75.027.009
Passivos de locação	63.125.187	26.087.873	51.383	1.262.869	90.527.311
Financiamentos correntes	27.525.700	14.624.949	28.852	790.404	42.969.904
Financiamentos bancários	7.125.000	9.715.739	-	-	16.840.739
Passivos de locação	20.400.700	4.909.210	28.852	790.404	26.129.165
	165.677.895	40.712.822	80.235	2.053.273	208.524.225

O Grupo está domiciliado em Portugal. As vendas e prestação de serviços por áreas geográficas são apresentadas abaixo:

Milhares de Euros	31.03.2020	31.03.2021
Rendimentos - Portugal	138.225	141.665
Rendimentos - outros países	25.168	44.617
	163.393	186.282

As demonstrações financeiras estão sujeitas a sazonalidade, no entanto esta não afeta a comparabilidade entre períodos idênticos num determinado ano.

Contudo, existem fatores atípicos/não recorrentes que podem afetar a comparabilidade entre iguais períodos dos diversos anos como por exemplo o número de dias úteis (feriados móveis ou ao fim de semana) do período, eventos especiais (eleições, campanhas promocionais de clientes) que podem impactar na receita no sentido de aumentar/diminuir de um período para outro.

Entre os rendimentos obtidos em outros países, destacam os rendimentos do segmento Expresso & Encomendas obtidos em Espanha pela sucursal da CTT Expresso neste país, no montante de 27.455 milhares de Euros.

4. Ativos fixos tangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de três meses findo em 31 de março de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos “Ativos fixos tangíveis”, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, relativo ao Grupo foi o seguinte:

31.12.2020										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.580.031	338.964.540	156.184.436	3.603.651	69.355.884	29.646.684	3.491.573	2.414.000	179.623.789	818.864.586
Aquisições	-	504.793	5.889.978	18.383	1.360.619	1.017.256	9.231.168	1.445.666	-	19.467.863
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	28.653.059	28.653.059
Alienações	(8.099)	(149.792)	(698.530)	(11.218)	(11.852)	-	-	-	-	(879.492)
Transferências e abates	(92.105)	(198.094)	7.218.821	(4.359)	(30.807)	(5.366.247)	(6.703.094)	(2.621.849)	(35.817)	(7.833.550)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.765.898)	(4.765.898)
Remensurações	-	-	-	-	-	-	-	-	8.401.849	8.401.849
Regularizações	-	(5.565)	(142.681)	(3.553)	(32.734)	795.215	-	-	-	610.682
Remensurações prazos locação	-	-	-	-	-	-	-	-	19.301.526	19.301.526
Saldo final	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.817	231.178.507	881.820.624
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.737.406	219.979.639	132.705.076	3.356.342	62.408.163	24.278.473	-	-	108.932.275	555.397.374
Depreciações do período	-	9.351.195	6.428.855	58.602	2.588.994	1.316.488	-	-	24.474.381	44.218.515
Alienações	(460)	(95.050)	(680.459)	(11.218)	(11.275)	-	-	-	-	(798.470)
Transferências e abates	(13.188)	(1.687.893)	(50.136)	(4.359)	405	(5.357.759)	-	-	(26.863)	(7.139.794)
Contratos findos	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.765.898)	(4.765.898)
Regularizações	-	(1.504)	(79.048)	(4.276)	(8.975)	(6.138)	-	-	-	(99.940)
Saldo final	3.723.758	227.546.378	138.324.287	3.395.091	64.977.312	20.231.065	-	-	128.613.895	586.811.787
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	24.172	-	-	-	24.172
Outras variações	-	-	-	-	-	(4.712)	-	-	-	(4.712)
Saldo final	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.756.069	111.569.503	30.127.737	207.812	5.663.798	5.842.383	6.019.646	1.237.817	102.564.612	294.989.377

31.03.2021										
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta investimentos	Direitos de Uso	Total
Ativos fixos tangíveis										
Saldo inicial	35.479.827	339.115.881	168.452.024	3.602.903	70.641.110	26.092.908	6.019.646	1.237.817	231.178.507	881.820.624
Aquisições	-	120.801	1.676.844	32.064	165.963	129.592	1.193.907	273.360	-	3.592.332
Novos contratos	-	-	-	-	-	-	-	-	8.169.878	8.169.878
Alienações	-	-	(219.834)	(975)	-	-	-	-	-	(220.809)
Transferências e abates	9.352	1.554.806	7.064	-	270.939	(280.195)	(1.474.748)	-	-	87.218
Regularizações	-	2.646	104.453	(13.939)	5.640	3.258	-	-	-	102.058
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	(133.048)	(133.048)
Saldo final	35.489.179	340.793.934	170.020.551	3.620.053	71.083.652	25.945.564	5.738.806	1.511.177	239.215.337	893.418.252
Depreciações acumuladas										
Saldo inicial	3.723.758	227.546.378	138.324.287	3.395.091	64.977.312	20.231.065	-	-	128.613.895	586.811.787
Depreciações do período	-	2.203.659	1.647.904	15.245	372.167	332.194	-	-	6.423.712	10.994.881
Alienações	-	-	(189.772)	(388)	-	-	-	-	-	(190.160)
Transferências e abates	602	37.363	7.064	-	270.939	(278.003)	-	-	-	37.965
Regularizações	-	900	42.736	2.388	4.433	3.033	-	-	-	53.488
Saldo final	3.724.360	229.788.299	139.832.219	3.412.335	65.624.850	20.288.289	-	-	135.037.608	597.707.961
Perdas Imparidades Acumuladas										
Saldo inicial	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	19.460	-	-	-	19.460
Ativos fixos tangíveis líquidos	31.764.819	111.005.634	30.188.332	207.717	5.458.802	5.637.814	5.738.806	1.511.177	104.177.729	295.690.831

As depreciações contabilizadas no Grupo no montante de 10.994.881 Euros (10.254.193 Euros em 31 de março de 2020), foram registadas na rubrica de "Depreciações/ amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

No Grupo, em 31 março de 2021, os saldos das rubricas “Terrenos” e “Edifícios e outras construções”, incluem 514.609 Euros (552.634 Euros em 31 dezembro de 2020) referentes a terrenos e imóveis em copropriedade com MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A..

De acordo com o contrato de concessão em vigor, após as últimas alterações de 31 de dezembro de 2013, no termo da concessão reverterá gratuita e automaticamente para o concedente, os bens dos domínios público e privado do Estado. Sendo a rede postal propriedade exclusiva dos CTT, reverterão para a posse do Estado apenas os bens que ao Estado pertençam, pelo que no fim da concessão os CTT continuarão na posse dos bens que integram o seu património. O Conselho de Administração suportado nos registos patrimoniais da Empresa e na declaração da Direção Geral do Tesouro e Finanças, responsável pelo Sistema de Informação de Imóveis do Estado (SIIE), entende que o ativo dos CTT não inclui qualquer bem do domínio público ou privado do Estado.

Como no âmbito do contrato de concessão o concedente não controla qualquer interesse residual significativo na rede postal dos CTT e sendo os CTT livres para alienar, substituir ou onerar os bens que integram a rede postal, a IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços não é aplicável ao contrato de concessão de prestação do serviço postal universal.

No primeiro trimestre de 2021, o Grupo procedeu à revisão das vidas úteis de algumas classes de ativos fixos tangíveis, destacando-se o equipamento informático da classe de equipamento administrativo, estendendo as mesmas, essencialmente, de 3 para 6 anos. A revisão da vida útil foi efetuada tendo por base a análise do histórico da utilização média efetiva dos ativos afetos à classe subjacente tendo em consideração a sua atual vida económica estimada. As alterações nas vidas úteis são contabilizadas prospectivamente. O impacto desta alteração resulta numa redução da depreciação no período de três meses findo a 31 de março de 2021 de 233 milhares de euros e uma redução estimada para o ano de 2021 de 880 milhares de euros.

Durante o período findo em 31 de março de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis, foram os seguintes:

Edifícios e outras construções:

Os movimentos associados às aquisições e transferências dizem respeito à capitalização de obras em edifícios próprios e alheios em diversas instalações dos CTT.

Equipamento básico:

O valor relativo às aquisições respeita maioritariamente à aquisição de máquinas de tratamento de correio num valor aproximado de 1.160 mil Euros, na CTT Expresso.

Ativos fixos tangíveis em curso:

Os ativos fixos tangíveis em curso do Grupo em 31 de março de 2021 são constituídos, essencialmente, por beneficiações de instalações operacionais, nomeadamente, de lojas, centros de distribuição postal e centros de produção e logística.

Direitos de Uso

Na sequência da adoção da IFRS 16 o Grupo reconheceu direitos de uso que se detalham como segue, por tipologia de bem subjacente:

	31.12.2020			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	157.442.425	20.652.319	1.529.045	179.623.789
Novos Contratos	15.254.946	13.349.576	48.537	28.653.059
Transferências e abates	(35.817)			(35.817)
Contratos findos	(2.344.761)	(2.318.583)	(102.554)	(4.765.898)
Remensurações	8.401.849	-	-	8.401.849
Remensurações prazos locação	19.301.526	-	-	19.301.526
Saldo final	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	101.657.089	6.678.395	596.791	108.932.275
Depreciações do período	18.004.732	6.150.313	319.337	24.474.381
Transferências e abates	(26.863)	-	-	(26.863)
Contratos findos	(2.344.761)	(2.318.583)	(102.554)	(4.765.898)
Saldo final	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Ativos fixos tangíveis líquidos	80.729.971	21.173.188	661.454	102.564.612

	31.03.2021			
	Edifícios	Veículos	Outros ativos	Total
Ativos fixos tangíveis				
Saldo inicial	198.020.167	31.683.313	1.475.027	231.178.507
Novos Contratos	8.097.969	71.909	-	8.169.878
Outros movimentos	(133.048)	-	-	(133.048)
Saldo final	205.985.088	31.755.222	1.475.027	239.215.337
Depreciações acumuladas				
Saldo inicial	117.290.196	10.510.125	813.574	128.613.895
Depreciações do período	4.653.597	1.707.953	62.163	6.423.712
Saldo final	121.943.793	12.218.078	875.737	135.037.608
Ativos fixos tangíveis líquidos	84.041.295	19.537.143	599.291	104.177.729

A 31 de dezembro de 2020, a rubrica remensurações prazos de locação decorre da aplicação da nova interpretação emitida pelo IFRIC Committee que veio alterar o entendimento sobre o conceito de prazo de locação.

As depreciações contabilizadas, no Grupo, no montante de 6.423.712 Euros (5.328.933 Euros em 31 de março de 2020), foram registadas na rubrica de "Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)".

Informação sobre os passivos associados a estas locações bem como os gastos de financiamento encontram-se divulgados nas notas dos "Financiamentos obtidos" (Nota 18) e nota dos "Gastos e rendimentos financeiros" (Nota 24), respetivamente.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 não foram capitalizados, no Grupo, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 31 de março de 2021, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os ativos fixos tangíveis do Grupo estão registados possa não ser recuperado.

Os CTT têm em curso uma análise para a possível constituição de um fundo de investimento imobiliário para rentabilização dos seus ativos fixos imobiliários. As avaliações finais e atualizadas para as atuais condições de mercado correspondentes a estes ativos só serão concretizadas após decisão de implementação desta iniciativa, as quais irão determinar a seleção dos ativos a integrar o fundo.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de ativos fixos tangíveis dadas como garantia de passivos.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Tangíveis do Grupo totalizam, a 31 de março de 2021, 1.881.984 Euros.

5. Ativos intangíveis

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, o movimento ocorrido nas principais classes de ativos intangíveis referentes ao Grupo, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

31.12.2020						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	113.876.654	16.848.440	444.739	16.088.740	151.639.125
Aquisições	-	1.918.046	580.006	-	11.471.839	13.969.891
Transferências e abates	-	17.921.450	(50.300)	-	(18.271.063)	(399.913)
Regularizações	-	-	(102.410)	-	(80.876)	(183.287)
Saldo final	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.376.994	74.396.033	10.408.714	444.739	-	89.626.480
Amortizações do período	1.273	16.684.697	1.201.314	-	-	17.887.283
Transferências e abates	-	(404.012)	(50.300)	-	-	(454.312)
Regularizações	-	-	(50.597)	-	-	(50.597)
Saldo final	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	-	107.008.855
Ativos intangíveis líquidos	2.285	43.039.433	5.766.604	-	9.208.639	58.016.961

31.03.2021						
	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativos intangíveis						
Saldo inicial	4.380.552	133.716.151	17.275.736	444.739	9.208.639	165.025.816
Aquisições	-	458.904	492.811	-	1.326.022	2.277.737
Transferências e abates	-	2.673.666	-	-	(2.673.666)	-
Regularizações	-	-	48.446	-	-	48.446
Saldo final	4.380.552	136.848.721	17.816.993	444.739	7.860.994	167.351.999
Amortizações acumuladas						
Saldo inicial	4.378.267	90.676.717	11.509.131	444.739	-	107.008.855
Amortizações do período	319	2.572.217	318.595	-	-	2.891.132
Regularizações	-	-	25.823	-	-	25.823
Saldo final	4.378.586	93.248.935	11.853.550	444.739	-	109.925.810
Ativos intangíveis líquidos	1.966	43.599.787	5.963.443	-	7.860.994	57.426.189

As amortizações do período findo em 31 de março de 2021 respeitantes ao Grupo, no montante de 2.891.132 Euros (4.146.261 Euros em 31 de março de 2020) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No primeiro trimestre de 2021, o Grupo procedeu à revisão das vidas úteis de algumas classes de ativos intangíveis, destacando-se o software aplicacional, pertencente à classe de programas de computador, respetivamente, estendendo as mesmas de 3 para 6 anos. A revisão da vida útil foi efetuada tendo por base a análise do histórico da utilização média efetiva dos ativos afetos à classe subjacente tendo em consideração a sua atual vida económica estimada. As alterações nas vidas úteis são contabilizadas prospectivamente. O impacto desta alteração resulta numa redução da amortização no período de três meses findo a 31 de março de 2021 de 1.750 milhares de euros e uma redução estimada para o ano de 2021 de 5.586 milhares de euros.

Na rubrica “Propriedade Industrial” referente ao Grupo, encontra-se registada a licença da marca “Payshop Internacional” propriedade da CTT Contacto, S.A., no montante de 1.200.000 Euros. Esta licença não se encontra a ser amortizada uma vez que tem uma vida útil indeterminada.

As transferências ocorridas no período de três meses findo em 31 de março de 2021 de ativos intangíveis em curso para programas de computador dizem respeito a projetos informáticos concluídos no decorrer do período.

Foram capitalizados em “programas de computador” ou “ativos intangíveis em curso”, os valores de 770.903 Euros e 184.461 Euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, que dizem respeito à participação de recursos internos do Grupo no desenvolvimento de projetos de informática.

Durante o período findo em 31 de março de 2021, os movimentos mais relevantes ocorridos nas rubricas dos Ativos intangíveis, foram os seguintes:

Programas de computador:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte da CTT Expresso do *software* “Microserv” no valor aproximando de 276 mil Euros e do *software* “Integração e Processos” no valor aproximando de 48 mil Euros.

Propriedade Industrial:

Na rubrica de aquisições estão registados essencialmente as aquisições, por parte dos CTT, de licenças “Citrix” no valor de 321 mil Euros e licenças “Security & performance analytics” no valor de 169 mil Euros.

Os ativos intangíveis em curso do Grupo em 31 de março de 2021 referem-se a projetos de informática que se encontram a ser desenvolvidos sendo os mais significativos os seguintes:

	Grupo
Nova plataforma pagamentos	2.202.175
Solução OneBiller	822.583
CRM - Software	343.098
SAP Hana & Hybris Billing	318.268
Interconnect - Software	313.246
Middleware	262.868
Informação de Gestão - Software	234.599
Correio Empresarial - Software	226.068
	4.722.905

O Grupo não identificou incertezas relevantes quanto à conclusão dos projetos em curso, nem quanto à sua recuperabilidade.

A maioria dos projetos tem data de conclusão prevista para o ano de 2021.

De acordo com a análise de indícios de imparidade com referência a 31 de março de 2021, não foram identificados eventos ou circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual os Ativos intangíveis do Grupo estão registados possa não ser recuperado.

Quanto ao exercício económico de 2020, o Grupo encontra-se ainda a identificar e quantificar as despesas incorridas com I&D, conforme divulgado na nota 25.

Não existem quantias escrituradas com titularidade restringida ou quantias escrituradas de Ativos Intangíveis dadas como garantia de passivos.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 não foram capitalizados, no Grupo, quaisquer juros de empréstimos, não tendo sido identificados empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de um ativo que requeira um período substancial de tempo (superior a um ano) para atingir a sua condição de uso.

Os compromissos contratuais referentes aos Ativos Intangíveis do Grupo totalizam no período de três meses findo a 31 de março de 2021, 2.480.635 Euros.

6. Propriedades de investimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, o Grupo tem os seguintes ativos classificados como propriedades de investimento:

31.12.2020			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.312.358	15.009.771	18.322.129
Alienações	(15.801)	(66.406)	(82.207)
Transferências e abates	(104.524)	(1.660.814)	(1.765.338)
Saldo final	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	213.853	9.706.133	9.919.985
Depreciações do período	-	235.404	235.404
Alienações	(85)	(21.759)	(21.844)
Transferências e abates	(11.259)	(1.173.919)	(1.185.178)
Saldo final	202.509	8.745.858	8.948.368
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	749.144	749.144
Perdas por imparidade do período	-	(298.836)	(298.836)
Saldo final	-	450.308	450.308
Propriedades de investimento líquidas	2.989.524	4.086.384	7.075.908

31.03.2021			
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Total
Propriedades de investimento			
Saldo inicial	3.192.033	13.282.551	16.474.584
Transferências e abates	(9.352)	(80.058)	(89.409)
Saldo final	3.182.682	13.202.493	16.385.175
Depreciações acumuladas			
Saldo inicial	202.509	8.745.858	8.948.368
Depreciações do período	-	56.974	56.974
Transferências e abates	(602)	(37.363)	-
Saldo final	201.908	8.765.470	8.967.377
Perdas Imparidades Acumuladas			
Saldo inicial	-	450.308	450.308
Perdas por imparidade do período	-	(16.499)	(16.499)
Saldo final	-	433.809	433.809
Propriedades de investimento líquidas	2.980.774	4.003.214	6.983.988

Estes ativos, não se encontram afetos à atividade operacional do Grupo, estando no mercado disponíveis para arrendamento.

O valor de mercado dos ativos fixos dos CTT classificados como propriedades de investimento, de acordo com as avaliações reportadas ao final do exercício económico de 2020 efetuadas por entidades independentes, ascende a 11.956.192 Euros.

No período findo em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de Transferências e Abates no montante de 1.765.338 Euros, respeita à transferência para ativos fixos tangíveis, assim como das respectivas depreciações acumuladas no montante de 1.185.178 Euros, de um conjunto de imóveis que passaram a estar afetos à atividade operacional do Grupo.

As depreciações o período de três meses findo a 31 de março de 2021, no montante de 56.974 Euros (64.382 Euros em 31 de março de 2020) foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”.

No período de três meses findo a 31 de março de 2021, o montante de rendas cobradas pelo Grupo pelo arrendamento dos imóveis e equipamentos classificados como propriedade de investimento foi de 5.373 Euros (31 de março de 2020: 5.066 Euros).

Em 31 de dezembro de 2020, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (298.836) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelo aumento do valor de mercado de alguns edifícios, bem como pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis mencionados anteriormente.

Em 31 de Março de 2021, a reversão de perdas por imparidade, no montante de (16.499) Euros, foram registadas na rubrica “Depreciações/amortizações e imparidade de investimentos (perdas/reversões)”, sendo explicadas pelo pelos imóveis transferidos para ativos fixos tangíveis.

7. Empresas incluídas no perímetro de consolidação

Empresas subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 foram incluídas na consolidação a empresa-mãe, CTT – Correios de Portugal, S.A. e as seguintes subsidiárias:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			31.03.2021		
			Percentagem do capital detido Direta	Indireta	Total	Percentagem do capital detido Direta	Indireta	Total
Empresa-mãe:								
CTT - Correios de Portugal, S.A.	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias:								
CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A. ("CTT Expresso")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Payshop Portugal, S.A. ("Payshop")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	-	100	100	-	100	100
CTT Contacto, S.A. ("CTT Con")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
CTT Soluções Empresariais, S.A. ("CTT Sol")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	-	100	-	-
Correio Expresso de Moçambique, S.A. ("CORRE")	Moçambique	Av. 24 de Julho, Edifício 24, n.º 1097, 3.º Piso, Bairro da Polana Maputo - Moçambique	50	-	50	50	-	50
Banco CTT, S.A. ("BancoCTT")	Portugal	Av. D. João II N.º 13 1999-001 Lisboa	100	-	100	100	-	100
Fundo Inovação TechTree ("TechTree")	Portugal	Av. Concelheiro Fernando de Sousa, 19 1.º Esq 1070-072 Lisboa	25	75	100	25	75	100
321 Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A. ("321 Crédito")	Portugal	Av. Duque d'Ávila, 46, 7.º B 1050-083 Lisboa	-	100	100	-	100	100

Relativamente à empresa “CORRE”, em virtude de o Grupo ter direito a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento e ter a capacidade de afetar esses retornos, a mesma é incluída no perímetro de consolidação.

Em 9 de outubro de 2020, o Grupo criou a entidade CTT – Soluções Empresariais, S.A., que atua na área da prestação de serviços de consultoria para os negócios e apoio à gestão e administração de empresas, integrando o perímetro de consolidação em 2020.

Em dezembro de 2020, os CTT, a CTT Expresso, a CTT Contacto e a CTT Soluções Empresariais, subscreveram unidades de participação (UPs) do fundo de investimento e inovação, TechTree, em partes iguais. Estas entidades têm a possibilidade de beneficiar do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE), através da subscrição de UPs deste fundo de investimento, destinado a financiar empresas dedicadas sobretudo a investigação e desenvolvimento. Esta entidade integrou o perímetro de consolidação em 2020.

Em 25 de janeiro de 2021, os CTT – Correios de Portugal, S.A. subscreveram um aumento de capital social na subsidiária Banco CTT, S.A., mediante a realização de uma entrada em dinheiro, no montante de 10.000.000 euros (dez milhões de euros) dando origem à emissão de 10.000.000 de novas ações sem valor nominal, ordinárias, nominativas e com um valor de emissão de 1 euro cada. O montante de capital social do Banco CTT, S.A. no valor de 286.400.000 euros (duzentos e oitenta e seis milhões e quatrocentos mil euros) passou para 296.400.000 euros (duzentos e noventa e seis milhões e quatrocentos mil euros).

Entidades controladas conjuntamente

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, o Grupo detinha os seguintes interesses em entidades controladas conjuntamente, registadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			31.03.2021		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
NewPost, ACE	Portugal	Av. Fontes Pereira de Melo, 40 Lisboa	49	-	49	49	-	49
PTP & F, ACE	Portugal	Estrada Casal do Canas Amadora	51	-	51	51	-	51
MktPlace - Comércio Eletrónico, S.A. ("MKTPlace")	Portugal	Rua Eng.ª Ferreira Dias 924 Esc. 5 Porto	50	-	50	50	-	50

A entidade Mktplace – Comércio Eletrónico, S.A., uma parceria realizada com a Sonae – SGPS, S.A. é uma plataforma de comércio eletrónico que presta serviços integrados de intermediação de relações comerciais entre comerciantes e consumidores. Cada um dos acionistas, CTT e Sonae, detêm 50% do capital da referida entidade.

Associadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, o Grupo detinha as seguintes participações em empresas associadas, incluídas na consolidação pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	País	Sede	31.12.2020			31.03.2021		
			Percentagem do capital detido			Percentagem do capital detido		
			Direta	Indireta	Total	Direta	Indireta	Total
Mafelosa, SL ^(*)	Espanha	Castellon - Espanha	-	25	25	-	25	25
Urpacsur, SL ^(*)	Espanha	Málaga - Espanha	-	30	30	-	30	30

^(*) Empresa participada pela CTT Expresso - Serviços Postais e Logística, S.A., sucursal em Espanha (em 2018 era detida pela Tourline Mensajeria, SLU), que se encontra atualmente sem atividade.

Entidades estruturadas

Adicionalmente, considerando os requisitos da IFRS 10, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades estruturadas:

	Ano de Constituição	Local de emissão	% Interesse Económico	Método de Consolidação
Ulisses Finance No.1 ^(*)	2017	Portugal	21,4%	Integral
Chaves Funding No.8 ^(*)	2019	Portugal	100%	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização, registadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o envolvimento continuado do Grupo, determinado com base na percentagem detida nos interesses residuais (equity piece) dos respetivos veículos.

De seguida apresentam-se os principais impactos da consolidação destas entidades estruturadas nas contas do Grupo:

	31.12.2020	31.03.2021
Caixa e equivalentes de caixa	9.896.409	10.122.507
Outros passivos financeiros bancários (Títulos de dívida emitidos)	44.517.924	39.013.581

Alterações no perímetro de consolidação

Em 2020, o perímetro de consolidação passou a integrar a entidade CTT – Soluções Empresariais, S.A., constituída em 9 de outubro de 2020, e o fundo de investimento e inovação, TechTree, cujas unidades de participação foram adquiridas pelos CTT, a CTT Expresso, a CTT Contacto e a CTT Soluções Empresariais em partes iguais no final de 2020.

No período de três meses findo em 31 de março de 2021 não ocorreram alterações do perímetro de consolidação.

8. Títulos de dívida

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, no Grupo a rubrica “Títulos de dívida” detalha-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	860.281	856.249
Obrigações de outros emissores	11.413.276	8.056.109
	12.273.557	8.912.358
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	450.600.878	434.107.982
Obrigações de outros emissores	2.665.125	-
Imparidade	(175.486)	(166.835)
	453.090.517	433.941.147
	465.364.074	442.853.504
Corrente		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾		
Títulos de dívida pública	6.760.199	6.725.860
Obrigações de outros emissores	521.074	1.852.439
	7.281.273	8.578.299
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Títulos de dívida pública	39.973.188	43.989.919
Obrigações de outros emissores	5.193.374	11.098.011
Imparidade	(6.505)	(26.451)
	45.160.057	55.061.480
	52.441.330	63.639.778
	517.805.404	506.493.283

⁽¹⁾ Com referência a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 9.429 Euros e de 7.465 Euros, respetivamente.

A análise dos ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e dos ativos financeiros ao custo amortizado, por maturidade residual, a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, apresenta-se como segue:

				31.12.2020						
				Corrente		Não corrente				
				Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	Total			
						De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total		
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾										
Títulos de dívida pública										
Nacionais				45.271	6.714.928	6.760.199	860.281	-	860.281	7.620.481
Obrigações de outros emissores										
Nacionais				521.074	-	521.074	11.413.276	-	11.413.276	11.934.350
				566.345	6.714.928	7.281.273	12.273.557	-	12.273.557	19.554.830
(1) Com referência a 31 de dezembro de 2020 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 9.429 Euros.										
				31.12.2020						
				Corrente		Não corrente				
				Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado										
Títulos de dívida pública										
Nacionais				4.492.510	13.931.350	18.423.860	60.600.346	209.854.020	270.454.366	288.878.226
Estrangeiros				993.484	20.555.844	21.549.328	24.543.252	155.603.260	180.146.511	201.695.839
Obrigações de outros emissores										
Nacionais				5.193.374	-	5.193.374	2.665.125	-	2.665.125	7.858.500
				10.679.369	34.487.193	45.166.562	87.808.724	365.457.279	453.266.003	498.432.565

	31.03.2021					
	Corrente			Não corrente		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral ⁽¹⁾						
Títulos de dívida pública						
Nacionais	1.512.710	5.213.149	6.725.860	856.249	-	856.249
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	5.460	1.846.979	1.852.439	8.056.109	-	8.056.109
	1.518.170	7.060.128	8.578.299	8.912.358	-	8.912.358

⁽¹⁾ Com referência a 31 de março de 2021 inclui perdas por imparidades acumuladas no montante de 7.465 Euros.

	31.03.2021					
	Corrente			Não corrente		
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado						
Títulos de dívida pública						
Nacionais	18.626.311	3.526.675	22.152.985	99.019.106	155.199.173	254.218.279
Estrangeiros	6.807.175	15.029.760	21.836.934	24.540.169	155.349.533	179.889.702
Obrigações de outros emissores						
Nacionais	938	11.097.073	11.098.011	-	-	-
	25.434.423	29.653.507	55.087.931	123.559.275	310.548.706	434.107.982

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	5.878	(101)	-	(84)	5.918
Ativos financeiros ao custo amortizado	169.217	23.878	(15.549)	-	(2.060)	175.486
	169.442	29.756	(15.650)	-	(2.144)	181.404
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	-	3.487	(60)	-	84	3.511
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.136	885	(576)	-	2.060	6.505
	4.136	4.372	(636)	-	2.144	10.016
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	225	9.365	(161)	-	-	9.429
Ativos financeiros ao custo amortizado	173.353	24.763	(16.125)	-	-	181.991
	173.578	34.128	(16.286)	-	-	191.420

	31.03.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	5.918	0	(1.001)	-	(1.113)	3.804
Ativos financeiros ao custo amortizado	175.486	19.456	(9.707)	-	(18.400)	166.835
	181.404	19.457	(10.708)	-	(19.513)	170.639
Ativos correntes						
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	3.511	0	(964)	-	1.113	3.661
Ativos financeiros ao custo amortizado	6.505	3.085	(1.539)	-	18.400	26.451
	10.016	3.085	(2.503)	-	19.513	30.112
Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	0	(1.965)	-	-	7.465
Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	22.541	(11.246)	-	-	193.286
	191.420	22.542	(13.211)	-	-	200.751

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	225	9.429
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	9.365	-
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(161)	(1.797)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	-	(168)
Write-offs	-	-
Alterações no modelo e metodologias	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	7.465

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020	31.03.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	225	9.429
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	9.204	(1.964)
Transferências de Stage (líquidas)	-	-
Vendas de Crédito	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-
Write-offs	-	-
Recuperações de write-off	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral	9.429	7.465

Relativamente às perdas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado, os movimentos por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	173.353	181.991
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	11.139	22.330
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	1.636	(10.621)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(4.136)	(414)
Write-offs	-	-
Alterações no modelo e metodologias	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	193.286

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020	31.03.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	173.353	181.991
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	8.639	11.295
Transferências de Stage (líquidas)	-	-
Vendas de Crédito	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-
Write-offs	-	-
Recuperações de write-off	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade - Ativos financeiros ao custo amortizado	181.991	193.286

De acordo com a política contabilística em vigor, o Banco CTT avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade nas suas carteiras de ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral e ativos financeiros ao custo amortizado, seguindo os critérios de julgamento definidos nas políticas contabilísticas.

9. Outros ativos e passivos financeiros bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, no Grupo as rubricas “Outros ativos financeiros bancários” e “Outros passivos financeiros bancários” apresentavam a seguinte composição:

	31.12.2020	31.03.2021
Ativo não corrente		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Empréstimos a instituições de crédito	11.424.488	9.987.316
Imparidade	(3.712)	(3.245)
Outros	2.107	5.743
	11.422.884	9.989.815
Ativo corrente		
Aplicações em instituições de crédito	20.000.635	20.000.044
Empréstimos a instituições de crédito	7.504.875	6.969.586
Imparidade	(23.980)	(6.795)
Outros	5.213.955	4.833.920
Imparidade	(3.238.971)	(3.222.587)
	29.456.513	28.574.168
	40.879.397	38.563.982
Passivo não corrente		
Títulos de dívida emitidos	44.506.988	39.004.176
	44.506.988	39.004.176
Passivo corrente		
Títulos de dívida emitidos	10.936	9.405
Outros	21.475.716	20.176.197
	21.486.652	20.185.602
	65.993.640	59.189.778

Aplicações em Instituições de crédito e Empréstimos a instituições de crédito

Relativamente a estas rubricas o escalonamento por prazos de vencimento apresenta-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Até 3 meses	12.872.862	19.822.828
De 3 a 12 meses	14.632.648	7.146.802
De 1 a 3 anos	10.462.768	9.636.713
Mais de 3 anos	961.721	350.603
	38.929.998	36.956.946

Imparidade

As perdas por imparidade, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	3.712
	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	3.712
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	47.303	19.840	(180.787)	-	137.625	23.980
Outros	4.182.457	32.889	(976.375)	-	-	3.238.971
	4.229.760	52.729	(1.157.162)	-	137.625	3.262.951
	4.396.009	55.800	(1.185.146)	-	-	3.266.663

31.03.2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Ativos não correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	3.712	716	(6.421)	-	5.238	3.245
	3.712	716	(6.421)	-	5.238	3.245
Ativos correntes						
Aplicações e empréstimos em instituições de crédito	23.980	1.499	(13.446)	-	(5.238)	6.795
Outros	3.238.971	-	(16.384)	-	-	3.222.587
	3.262.951	1.499	(29.830)	-	(5.238)	3.229.382
	3.266.663	2.215	(36.251)	-	-	3.232.627

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade de aplicações e empréstimos a instituições de crédito por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	213.552	27.692
Movimentação do período:		
Ativos financeiros originados ou adquiridos	22.911	2.215
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(161.468)	(5.144)
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(47.303)	(14.723)
Write-offs	-	-
Alterações no modelo e metodologias	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade	27.692	10.040

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020	31.03.2021
	Stage 1	Stage 1
Saldo inicial	213.552	27.692
Movimentação do período:		
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(185.860)	(17.652)
Transferências de Stage (líquidas)	-	-
Vendas de Crédito	-	-
Utilizações de Imparidade	-	-
Write-offs	-	-
Recuperações de write-off	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	-	-
Imparidade	27.692	10.040

Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Securitizações	44.517.924	39.013.581
	44.517.924	39.013.581

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 os títulos de dívida emitidos são analisados como segue:

31.12.2020					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	30.401.824	30.429.037
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	6.992.378
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.096.509
				44.501.824	44.517.924

31.03.2021					
Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Remuneração	Valor nominal	Valor de balanço
Ulisses Finance No.1 – Class A	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 85 p.p.	24.901.242	24.918.687
Ulisses Finance No.1 – Class B	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 160 p.p.	7.000.000	6.995.570
Ulisses Finance No.1 – Class C	Julho de 2017	Julho de 2033	Euribor 1M + 375 p.p.	7.100.000	7.099.323
				39.001.242	39.013.581

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de três meses findo em 31 de março de 2021, verificaram-se os seguintes movimentos nesta rubrica:

31.12.2020					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	76.077.368	-	(31.148.098)	(411.346)	44.517.924
	76.077.368	-	(31.148.098)	(411.346)	44.517.924

31.03.2021					
Denominação	Saldo inicial	Emissões	Reembolsos	Outros movimentos	Saldo final
Ulisses Finance No.1	44.517.924	-	(5.500.582)	(3.761)	39.013.581
	44.517.924	-	(5.500.582)	(3.761)	39.013.581

O escalonamento desta rubrica por prazos de vencimento é apresentado como segue:

31.12.2020							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	10.936	-	10.936	-	44.506.988	44.506.988	44.517.924
	10.936	-	10.936	-	44.506.988	44.506.988	44.517.924

31.03.2021							
	Corrente			Não corrente			Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total	
Securitizações	9.405	-	9.405	-	39.004.176	39.004.176	39.013.581
	9.405	-	9.405	-	39.004.176	39.004.176	39.013.581

A rubrica Outros passivos correntes regista fundamentalmente o saldo de operações bancárias pendentes de liquidação financeira.

10. Crédito a clientes bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, no Grupo a rubrica “Crédito a clientes bancários” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	31.03.2021
Crédito vivo	1.101.441.373	1.136.162.380
Crédito habitação	525.082.831	548.577.070
Crédito automóvel	568.273.557	579.993.013
Locação financeira	6.936.643	6.542.356
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	1.049.941
Outros créditos	-	-
Crédito vencido	8.505.242	8.854.754
Crédito vencido - menos de 90 dias	1.008.648	844.325
Crédito vencido - mais de 90 dias	7.496.594	8.010.429
	1.109.946.614	1.145.017.133
Imparidade para riscos de crédito	(16.665.082)	(18.846.198)
	1.093.281.532	1.126.170.935

O escalonamento do crédito a clientes bancários por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, apresenta-se como segue:

31.12.2020							
	Corrente				Não corrente		
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos
Crédito habitação	-	3.678.902	10.649.699	12	14.328.613	29.885.595	480.868.635
Crédito automóvel	-	24.671.168	62.937.327	6.623.827	94.232.322	163.219.651	317.445.413
Locação financeira	-	364.790	1.390.217	209.623	1.964.630	3.068.253	2.113.383
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	-	-	1.044.947	2.193.289	-	-
Outros créditos	-	-	-	626.832	626.832	-	-
	1.148.342	28.714.860	74.977.243	8.505.242	113.345.686	196.173.498	800.427.430
						996.600.928	1.109.946.614

31.03.2021							
	Corrente				Não corrente		
	À vista	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Crédito vencido	Total	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos
Crédito habitação	-	3.867.409	11.461.127	-	15.328.536	31.592.426	501.656.108
Crédito automóvel	-	25.179.959	64.235.278	6.811.950	96.227.186	166.585.715	323.992.063
Locação financeira	-	344.053	1.311.195	237.892	1.893.141	2.893.850	1.993.256
Descobertos em depósitos à ordem	1.049.941	-	-	1.183.193	2.233.134	-	-
Outros créditos	-	-	-	621.719	621.719	-	-
	1.049.941	29.391.421	77.007.600	8.854.754	116.303.716	201.071.991	827.641.426
						1.028.713.418	1.145.017.133

A repartição desta rubrica por tipo de taxa apresenta-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Taxa fixa	528.330.964	540.741.908
Taxa variável	581.615.650	604.275.225
	1.109.946.614	1.145.017.133
Imparidade para riscos de crédito	(16.665.082)	(18.846.198)
	1.093.281.532	1.126.170.935

A análise desta rubrica, a 31 de dezembro de 2020 e a 31 de março de 2021, por tipo de colateral é apresentada como segue:

31.12.2020					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	531.954.585	924.100	532.878.686	(1.513.304)	531.365.381
Crédito com outras garantias	562.616.191	3.766.660	566.382.851	(10.183.295)	556.199.556
Crédito sem garantias	6.870.596	3.814.481	10.685.078	(4.968.483)	5.716.595
	1.101.441.373	8.505.242	1.109.946.614	(16.665.082)	1.093.281.532

31.03.2021					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito com garantias reais	555.071.545	964.051	556.035.596	(1.720.840)	554.314.756
Crédito com outras garantias	565.707.277	3.278.677	568.985.954	(11.275.113)	557.710.841
Crédito sem garantias	15.383.558	4.612.026	19.995.584	(5.850.246)	14.145.338
	1.136.162.380	8.854.754	1.145.017.133	(18.846.198)	1.126.170.935

A análise da rubrica, por tipo de crédito, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, é analisada como segue:

31.12.2020					
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	525.082.831	12	525.082.842	(498.762)	524.584.080
Crédito automóvel	568.273.557	6.623.827	574.897.385	(14.657.207)	560.240.178
Locação financeira	6.936.643	209.623	7.146.266	(282.076)	6.864.190
Descobertos em depósitos à ordem	1.148.342	1.044.947	2.193.289	(1.105.137)	1.088.152
Outros créditos	-	626.832	626.832	(121.900)	504.932
	1.101.441.373	8.505.242	1.109.946.614	(16.665.082)	1.093.281.532

	31.03.2021				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Crédito habitação	548.577.070	-	548.577.070	(590.054)	547.987.016
Crédito automóvel	579.993.013	6.811.950	586.804.962	(16.843.985)	569.960.978
Locação financeira	6.542.356	237.892	6.780.248	(290.131)	6.490.117
Descobertos em depósitos à ordem	1.049.941	1.183.193	2.233.134	(987.660)	1.245.474
Outros créditos	-	621.719	621.719	(134.368)	487.351
	1.136.162.380	8.854.754	1.145.017.133	(18.846.198)	1.126.170.935

A análise do crédito a clientes por setores de atividade, a 31 de dezembro de 2020 e a 31 de março de 2021, apresenta-se como segue:

	31.12.2020				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	1.570.642	20.473	1.591.115	(46.820)	1.544.295
Indústrias extrativas	257.127	421	257.548	(4.545)	253.003
Indústrias transformadora	3.048.245	94.055	3.142.300	(105.257)	3.037.043
Água	143.772	5.712	149.484	(5.802)	143.682
Construção	6.186.340	325.240	6.511.580	(291.722)	6.219.858
Comércio por grosso e a retalho	4.781.134	470.539	5.251.673	(253.496)	4.998.177
Transportes e armazenamento	1.325.020	55.757	1.380.776	(79.724)	1.301.053
Restaurantes e hotéis	1.639.376	23.246	1.662.622	(67.124)	1.595.498
Informação e comunicação	252.085	1.971	254.056	(3.273)	250.783
Setor financeiro e segurador	171.080	1.577	172.657	(2.918)	169.739
Atividades imobiliárias	1.353.647	11.437	1.365.084	(16.980)	1.348.104
Atividades profissionais, científicas e técnicas	884.963	5.135	890.098	(31.703)	858.395
Atividades de serviços administrativos e de suporte	1.407.730	293.970	1.701.700	(95.120)	1.606.580
Educação	572.582	845	573.427	(8.711)	564.717
Serviços de saúde e assistência social	805.858	14.818	820.676	(33.691)	786.984
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	411.482	31.057	442.539	(36.638)	405.901
Outros serviços	23.392.740	120.422	23.513.162	(455.112)	23.058.050
Particulares					
Habitação	525.082.831	12	525.082.842	(498.762)	524.584.080
Consumo	528.154.720	7.028.553	535.183.273	(14.627.684)	520.555.589
	1.101.441.373	8.505.241	1.109.946.613	(16.665.082)	1.093.281.532

	31.03.2021				
	Crédito Vincendo	Crédito Vencido	Crédito Bruto	Imparidade	Crédito Líquido
Empresas					
Agricultura, silvicultura, produção animal e pesca	1.811.417	23.506	1.834.923	(62.725)	1.772.199
Indústrias extrativas	360.207	0	360.207	(3.577)	356.630
Indústrias transformadora	3.093.420	107.194	3.200.613	(109.717)	3.090.896
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	-	-	-	-	-
Água	131.395	5.712	137.107	(5.806)	131.301
Construção	5.691.720	317.661	6.009.381	(301.321)	5.708.060
Comércio por grosso e a retalho	4.569.378	489.977	5.059.356	(248.942)	4.810.414
Transportes e armazenamento	1.332.209	58.260	1.390.469	(89.671)	1.300.798
Restaurantes e hotéis	1.882.832	26.490	1.909.322	(100.915)	1.808.407
Informação e comunicação	215.087	1.459	216.546	(3.247)	213.299
Setor financeiro e segurador	171.069	1.802	172.871	(3.056)	169.815
Atividades imobiliárias	1.308.424	11.448	1.319.872	(17.977)	1.301.894
Atividades profissionais, científicas e técnicas	823.095	6.218	829.313	(29.011)	800.302
Atividades de serviços administrativos e de suporte	1.353.365	293.176	1.646.540	(102.914)	1.543.626
Administração pública, Defesa e Segurança Social	-	-	-	-	-
Educação	503.603	487	504.090	(8.420)	495.671
Serviços de saúde e assistência social	833.073	15.181	848.254	(27.792)	820.462
Atividades artísticas, desportivas e recreativas	378.075	30.858	408.933	(30.119)	378.814
Outros serviços	25.121.089	130.996	25.252.086	(445.555)	24.806.530
Particulares					
Habitação	548.676.777	-	548.676.777	(591.494)	548.085.283
Consumo	537.906.143	7.334.329	545.240.473	(16.663.939)	528.576.533
	1.136.162.380	8.854.754	1.145.017.133	(18.846.198)	1.126.170.935

A carteira de crédito total detalhada por stage segundo definido na IFRS 9 é apresentada como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Stage 1	1.026.604.019	1.046.608.805
Valor Bruto	1.030.765.765	1.050.996.248
Imparidade	(4.161.745)	(4.387.443)
Stage 2	49.989.172	52.798.566
Valor Bruto	52.213.747	54.456.619
Imparidade	(2.224.575)	(1.658.053)
Stage 3	16.688.341	26.763.564
Valor Bruto	26.967.103	39.564.266
Imparidade	(10.278.762)	(12.800.702)
	1.093.281.532	1.126.170.935

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, realizadas através de Special Purpose Entities (SPE) e sujeitas a consolidação no âmbito da IFRS 10.

Moratórias

O Decreto-Lei 10-J/2020 de 26 de março veio estabelecer medidas excecionais de proteção dos créditos das famílias, empresas, instituições particulares de solidariedade social e demais entidades da economia social, bem como um regime especial de garantias pessoais do Estado, no âmbito da pandemia provocada pela COVID-19.

No decurso de 2020, o referido regulamento foi sendo alterado pela Lei n.º 8/2020 de 10 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 26/2020 de 16 de junho, pela Lei n.º 27-A/2020 de 24 de julho e pelo Decreto-Lei n.º 78-A/2020 de 29 de setembro.

Com as várias alterações legislativas, o término do período das moratórias, inicialmente previsto para setembro de 2020, foi dilatado até setembro de 2021. As alterações legislativas foram, também, permitindo a extensão da data-limite para os clientes formalizarem os pedidos de moratória. As condições de acesso e os tipos de créditos abrangidos também foram sendo alteradas. As medidas previstas na legislação anteriormente descrita - Moratórias Públicas -, materializam-se na concessão de um período de carência de capital ou capital e juros aos devedores de contratos de crédito.

Adicionalmente à Moratória Pública, a ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado - criou a Moratória Privada ASFAC, que estabeleceu medidas excecionais de apoio e proteção às famílias resultantes dos impactos financeiros decorrentes da pandemia provocada pela COVID-19, similares às previstas na Moratória Pública e aplicável à carteira de crédito automóvel da 321 Crédito.

De acordo com as Orientações EBA relativas ao relato e divulgação de informações sobre exposições objeto de medidas aplicadas em resposta à crise da COVID-19 (EBA/GL/2020/07), apresentam-se de seguida – a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 – as exposições brutas e imparidade dos contratos com moratórias em vigor:

31.12.2020	Montante escriturado bruto					Entradas para exposições não produtivas		
	Montante escriturado bruto	Produtivos		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há > 90 dias	
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação					
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	40.389.848	40.040.953	-	820.687	348.894	-	304.027	276.320
dos quais: famílias	31.118.478	31.118.478	-	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	31.112.216	31.112.216	-	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	9.271.370	8.922.475	-	820.687	348.894	-	304.027	276.320
dos quais: pequenas e médias empresas	8.115.476	7.808.860	-	701.065	306.615	-	272.227	276.320
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	2.793.523	2.705.329	-	-	88.194	-	88.194	88.194

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

31.03.2021	Montante escriturado bruto						Entradas para exposições não produtivas	
	Montante escriturado bruto	Produtivos		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos			
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias		
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	42.812.732	42.383.896	-	806.704	428.835	-	306.476	372.569
dos quais: famílias	33.122.062	33.122.062	-	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	33.115.682	33.115.682	-	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	9.690.669	9.261.834	-	806.704	428.835	-	306.476	372.569
dos quais: pequenas e médias empresas	8.374.089	8.021.715	-	605.620	352.374	-	264.661	352.374
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	2.707.774	2.572.836	-	26.863	134.938	-	96.000	134.938

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

31.12.2020	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
	Imparidade acumulada	Produtivos		Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos		
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação		Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há ≤ 90 dias
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	(394.328)	(246.066)	-	(30.381)	(148.261)	-	(127.846)
dos quais: famílias	(67.896)	(67.896)	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(67.849)	(67.849)	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	(326.431)	(178.170)	-	(30.381)	(148.261)	-	(127.846)
dos quais: pequenas e médias empresas	(195.967)	(75.642)	-	(27.386)	(120.325)	-	(106.384)
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(130.679)	(105.339)	-	-	(25.339)	-	(25.339)

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

31.03.2021	Imparidade acumulada, variações negativas acumuladas do justo valor resultantes do risco de crédito						
	Imparidade acumulada	Produtivos			Não produtivos		
		Produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: instrumentos com aumento significativo do risco de crédito (*)	Não produtivos	Dos quais: exposições objeto de medidas de reestruturação	Dos quais: probabilidade reduzida de pagamento que não estão vencidos ou estão vencidos há > 90 dias
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória	(420.995)	(300.599)	-	(36.158)	(120.397)	-	(101.117)
dos quais: famílias	(108.098)	(108.098)	-	-	-	-	-
dos quais: caucionados por imóveis de habitação	(108.048)	(108.048)	-	-	-	-	-
dos quais: sociedades não financeiras	(312.898)	(192.501)	-	(36.158)	(120.397)	-	(101.117)
dos quais: pequenas e médias empresas	(258.578)	(157.517)	-	(31.776)	(101.061)	-	(85.173)
dos quais: caucionados por imóveis comerciais	(141.390)	(114.650)	-	(7.801)	(26.740)	-	(26.363)

(*) desde o reconhecimento inicial mas sem imparidade de crédito (Fase 2)

De seguida apresentam-se os números totais de pedidos de moratórias, de moratórias concedidas (excluindo desistências) e as moratórias em vigor a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021:

31.12.2020	Números de devedores	Montante escriturado bruto					Prazo residual das moratórias				
		Montante escriturado bruto	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas	≤ 3 meses	> 3 meses ≤ 6 meses	> 6 meses ≤ 9 meses	> 9 meses ≤ 12 meses	> 12 meses	> 1 ano	
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	7.018	103.469.519									
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	4.364	82.150.696	54.212.773	41.760.849	9.423.344	388.779	30.577.724	-	-	-	
dos quais: famílias		71.837.335	44.355.505	40.718.857	151.975	388.779	30.577.724	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		44.335.088	44.335.088	13.222.871	145.713	388.779	30.577.724	-	-	-	
dos quais: sociedades não financeiras		10.313.362	9.857.268	1.041.992	9.271.370	-	-	-	-	-	
dos quais: pequenas e médias empresas		9.130.510	8.674.417	1.015.034	8.115.476	-	-	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		2.958.321	2.958.321	164.798	2.793.523	-	-	-	-	-	

31.03.2021	Números de devedores	Montante escriturado bruto					Prazo residual das moratórias				
		Montante escriturado bruto	Dos quais: moratórias legislativas	Dos quais: expiradas	≤ 3 meses	> 3 meses	> 6 meses	> 9 meses	> 12 meses	> 1 ano	
Empréstimos e adiantamentos aos quais foi oferecida uma moratória	7.115	93.998.096									
Empréstimos e adiantamentos objeto de uma moratória (aplicada)	4.431	73.331.373	46.665.820	30.518.642	444.107	38.344.769	3.519.056	-	-	-	
dos quais: famílias		62.561.457	36.304.236	29.439.395	444.107	29.158.898	3.519.056	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis de habitação		36.284.088	36.284.088	3.168.406	444.107	29.152.518	3.519.056	-	-	-	
dos quais: sociedades não financeiras		10.769.916	10.361.584	1.079.247	-	9.185.871	-	-	-	-	
dos quais: pequenas e médias empresas		9.371.039	8.983.636	996.951	-	8.061.054	-	-	-	-	
dos quais: caucionados por imóveis comerciais		2.958.296	2.958.296	250.521	-	2.707.774	-	-	-	-	

A carteira de crédito com moratória por stage, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, é detalhada como segue:

31.12.2020				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Montante escriturado bruto	39.220.267	820.687	348.894	40.389.848
Imparidade	(215.685)	(30.381)	(148.261)	(394.328)
Montante líquido	39.004.582	790.305	200.633	39.995.520

31.03.2021				
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Montante escriturado bruto	41.627.594	819.241	365.896	42.812.732
Imparidade	(264.917)	(36.429)	(119.650)	(420.995)
Montante líquido	41.362.678	782.813	246.246	42.391.736

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	31.12.2020	31.03.2021
Valor dos pagamentos mínimos futuros	7.458.032	7.021.501
Juros ainda não devidos	(521.389)	(479.145)
Valor presente	6.936.643	6.542.356

O valor dos pagamentos mínimos futuros dos contratos de locação financeira, por prazos de maturidade é analisado como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Até 1 ano	1.763.456	1.891.654
1 ano até 5 anos	4.601.281	4.123.642
Mais de 5 anos	1.093.295	1.006.205
Valor dos pagamentos mínimos futuros	7.458.032	7.021.501

A análise dos contratos de locação financeira por tipo de cliente é apresentada como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Particulares	773.163	712.719
Habitação	96.094	95.324
Outros	677.069	617.394
Empresas	6.163.480	5.829.637
Mobiliário	314.966	307.124
Imobiliário	5.848.514	5.522.513
	6.936.643	6.542.356

Perdas por imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, o movimento ocorrido no Grupo em “Imparidade para riscos de crédito” (Nota 13) foi como segue:

31.12.2020							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	2.591.450	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.242
	2.591.450	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.242
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
	3.978.200	13.328.302	(3.299.828)	(751.968)	-	3.410.377	16.665.083

31.03.2021							
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Crédito a clientes bancários	11.245.242	2.836.674	(1.824.535)	(18.691)	454.149	537.759	13.230.599
	11.245.242	2.836.674	(1.824.535)	(18.691)	454.149	537.759	13.230.599
Ativos correntes							
Crédito a clientes bancários	5.419.841	1.203.999	(774.406)	(7.933)	(454.149)	228.247	5.615.599
	5.419.841	1.203.999	(774.406)	(7.933)	(454.149)	228.247	5.615.599
	16.665.083	4.040.673	(2.598.940)	(26.624)	-	766.006	18.846.198

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) de crédito a clientes bancários do período findo em 31 de março de 2021, no montante de 1.441.733 Euros (1.556.314 Euros em 31 de março de 2020) foram registadas na rubrica de “Imparidade de outros ativos financeiros bancários”.

Quanto aos movimentos das perdas por imparidade por stages, no ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, detalham-se como segue:

	31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	1.555.460	654.163	724.897	2.934.520
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	558.236	(308.282)	7.606.556	7.856.509
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(225.784)	(50.462)	(486.310)	(762.556)
Write-offs	-	-	(751.967)	(751.967)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	449.964	(177.013)	(272.951)	-
Stage 2	(252.522)	934.051	(681.529)	-
Stage 3	(233.377)	(116.151)	349.528	-
Variações cambiais e outros movimentos	247.087	416.625	2.746.665	3.410.377
Imparidade	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Dos quais: POCI	-	-	(922.255)	(922.255)

	31.03.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Ativos financeiros originados ou adquiridos	848.952	106.094	10.319	965.365
Variações por alteração na exposição ou parâmetros de risco	(537.290)	(675.830)	2.436.538	1.223.418
Variações por modificação de contratos não desreconhecidos	-	-	-	-
Ativos financeiros desreconhecidos excluindo write-offs	(525.125)	(57.167)	(164.758)	(747.050)
Write-offs	-	-	(26.624)	(26.624)
Alterações no modelo e metodologias	-	-	-	-
Transferências para:				
Stage 1	621.575	(285.656)	(335.919)	-
Stage 2	(143.848)	1.616.537	(1.472.689)	-
Stage 3	(40.924)	(1.365.789)	1.406.713	-
Variações cambiais e outros movimentos	2.357	95.290	668.360	766.006
Imparidade	4.387.443	1.658.053	12.800.702	18.846.198
Dos quais: POCI	-	-	(888.770)	(888.770)

A reconciliação dos movimentos contabilísticos relacionados com as perdas por imparidade apresenta-se de seguida:

	31.12.2020			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	2.062.682	871.644	1.043.873	3.978.200
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	1.887.912	295.419	7.845.143	10.028.473
Transferências de Stage (líquidas)	(35.935)	640.887	(604.952)	-
Write-offs	-	-	(751.967)	(751.967)
Recuperações de write-off	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	247.087	416.625	2.746.665	3.410.377
Imparidade	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083

	31.03.2021			
	Stage 1	Stage 2	Stage 3	Total
Saldo inicial	4.161.745	2.224.575	10.278.763	16.665.083
Movimentação do período:				
Variações no ECL da Carteira de Crédito	(213.463)	(626.903)	2.282.098	1.441.733
Transferências de Stage (líquidas)	436.804	(34.909)	(401.895)	-
Write-offs	-	-	(26.624)	(26.624)
Recuperações de write-off	-	-	-	-
Variações cambiais e outros movimentos	2.357	95.290	668.360	766.006
Imparidade	4.387.443	1.658.053	12.800.702	18.846.198

11.Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica “Diferimentos” do ativo corrente e do passivo corrente e não corrente do Grupo apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	31.03.2021
Diferimentos ativos		
Correntes		
Rendas a pagar	1.500.004	1.720.061
Subsídios de Refeição	1.441.931	1.431.890
Outros	3.556.825	6.079.815
	<u>6.498.759</u>	<u>9.231.766</u>
Diferimentos passivos		
Não correntes		
Subsídios ao investimento	283.289	280.489
Outros	-	36.829
	<u>283.289</u>	<u>317.318</u>
Correntes		
Subsídios ao investimento	11.201	11.201
Passivos resultantes de contratos	1.310.217	1.647.168
Outros	2.090.641	1.867.206
	<u>3.412.059</u>	<u>3.525.575</u>
	<u>3.695.348</u>	<u>3.842.893</u>

A rubrica “Passivos resultantes de contratos” decorre da aplicação da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes e representa o valor já faturado, mas ainda não reconhecido em resultados por não se encontrarem ainda satisfeitas as “performance obligations”, tal como preconizado na norma.

Os “Passivos resultantes de contratos” reconhecidos pelo Grupo respeitam essencialmente a valores relativos a selos e pré-pagos de correio azul e correio verde no valor de 981.603 euros (696.738 euros em 31 de dezembro de 2020), cujo rêdito é expectável ser reconhecido no mês de abril de 2021 (estimativa de 80% do valor da rubrica) e o restante valor ao longo do ano de 2021, e a objetos faturados e não entregues a 31 de março de 2021 do segmento expresso, no valor 665.565 euros (613.479 euros em 31 de dezembro de 2020), cujo rêdito é reconhecido no momento da entrega no mês seguinte. O rêdito reconhecido pelo Grupo no período, incluído no saldo dos passivos resultantes de contratos no início do período ascendeu a 1.117.284 Euros.

Não foram reconhecidos “Ativos resultantes de contratos” associados à aplicação da IFRS 15 - Rêdito de contratos com clientes.

12.Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, a caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidas de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes, detalha-se como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Numerário	77.580.872	74.367.315
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	189.516.082	185.271.055
Disponibilidades em Bancos Centrais	167.502.343	260.929.630
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27.737.696	27.931.448
Depósitos a prazo	55.843.177	10.101.507
Caixa e seus equivalentes (Balanço)	518.180.171	558.600.955
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	(15.795.600)	(16.919.100)
Cheques a cobrar / Compensação de cheques	(3.575.300)	(1.725.533)
Imparidade de depósitos e aplicações bancárias	17.510	8.594
Caixa e seus equivalentes (Demonstração de Fluxos de Caixa)	498.826.782	539.964.916

A rubrica “Depósitos à ordem no Banco de Portugal” inclui depósitos de carácter obrigatório com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, em conformidade com o disposto no Regulamento (UE) n.º 1358/2011 do Banco Central Europeu, de 14 de dezembro de 2011, o qual estabelece que as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal correspondem a 1% dos depósitos e outras responsabilidades.

Assim, a Rubrica “Disponibilidades em Bancos Centrais” inclui, a 31 de março de 2021, um valor total de depósitos à ordem no Banco de Portugal no montante de 260.929.630 Euros (31 dezembro de 2020: 167.502.343 Euros), dos quais 16.919.100 Euros (31 dezembro de 2020: 15.795.600 Euros) se encontravam afetos ao cumprimento das supramencionadas disponibilidades mínimas obrigatórias no Banco de Portugal.

A rubrica “Cheques a cobrar / Compensação de cheques” representa cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

Imparidade

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, o movimento ocorrido na rubrica “Perdas de imparidade acumuladas de depósitos e aplicações bancárias” (Nota 13) referente ao Grupo, foi como segue:

31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	19.924	551	(2.965)	-	17.510
	19.924	551	(2.965)	-	17.510

31.03.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldo final
Depósitos e aplicações bancárias	17.510	229	(9.145)	-	8.594
	17.510	229	(9.145)	-	8.594

As perdas por imparidade (aumentos líquidos de reversões) do período findo em 31 de março de 2021 respeitantes ao Grupo, no montante de 8.916 Euros (899 Euros em 31 de março de 2020) foram registadas na rubrica de “Imparidade de contas a receber (perdas/reversões)”.

13. Perdas por imparidade acumuladas

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2020 e o período de três meses findo em 31 de março de 2021, verificaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de imparidade do Grupo:

	31.12.2020						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	24.172	-	(4.712)	-	-	-	19.460
Propriedades de investimento	749.144	-	(298.836)	-	-	-	450.308
	773.316	-	(303.548)	-	-	-	469.768
Títulos de dívida	169.441	29.756	(15.650)	-	(2.144)	-	181.403
Outros ativos não correntes	2.099.796	-	-	-	439.189	-	2.538.985
Crédito a clientes bancários	2.591.449	8.993.653	(2.226.654)	(507.412)	92.954	2.301.249	11.245.241
Outros ativos financeiros bancários	166.249	3.071	(27.984)	-	(137.625)	-	3.712
	5.026.935	9.026.481	(2.270.288)	(507.412)	392.374	2.301.249	13.969.341
	5.800.251	9.026.481	(2.573.836)	(507.412)	392.374	2.301.249	14.439.109
Ativos correntes							
Contas a receber	37.981.832	5.390.793	(2.014.668)	(1.724.114)	-	-	39.633.843
Crédito a clientes bancários	1.386.750	4.334.649	(1.073.175)	(244.556)	(92.954)	1.109.127	5.419.841
Títulos de dívida	4.136	4.372	(636)	-	2.144	-	10.016
Outros ativos correntes	8.341.734	1.886.462	(85.730)	(275.680)	185.765	-	10.052.551
Outros ativos financeiros bancários	4.229.759	52.729	(1.157.163)	-	137.626	-	3.262.950
Depósitos e aplicações bancárias	19.923	551	(2.965)	-	-	-	17.509
	51.964.134	11.669.556	(4.334.338)	(2.244.350)	232.581	1.109.127	58.396.710
Ativos não correntes detidos para venda	184.609	99.640	(1.470)	-	-	-	282.778
	184.609	99.640	(1.470)	-	-	-	282.778
Mercadorias	2.116.305	513.486	-	(104.705)	-	-	2.525.086
Matérias-primas, sub. e de consumo	725.188	131.708	(7.310)	(2.255)	-	-	847.331
	2.841.493	645.194	(7.310)	(106.960)	-	-	3.372.417
	54.990.236	12.414.389	(4.343.118)	(2.351.310)	232.581	1.109.127	62.051.906
	60.790.487	21.440.870	(6.916.953)	(2.858.722)	624.955	3.410.377	76.491.014

	31.03.2021						
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Outros movimentos	Saldo final
Ativos não correntes							
Ativos fixos tangíveis	19.460	-	-	-	-	-	19.460
Propriedades de investimento	450.308	-	(16.499)	-	-	-	433.809
Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-
	469.768	-	(16.499)	-	-	-	453.269
Títulos de dívida	181.403	19.457	(10.708)	-	(19.512)	-	170.639
Outros ativos não correntes	2.538.985	-	-	-	60.730	-	2.599.715
Crédito a clientes bancários	11.245.241	2.836.674	(1.824.535)	(18.690)	454.149	537.759	13.230.598
Outros ativos financeiros bancários	3.712	716	(6.421)	-	5.238	-	3.245
	13.969.341	2.856.847	(1.841.664)	(18.690)	500.605	537.759	16.004.197
	14.439.109	2.856.847	(1.858.163)	(18.690)	500.605	537.759	16.457.466
Ativos correntes							
Contas a receber	39.633.843	1.033.448	(420.073)	(299.294)	-	-	39.947.924
Crédito a clientes bancários	5.419.841	1.203.999	(774.406)	(7.933)	(454.149)	228.247	5.615.599
Títulos de dívida	10.016	3.085	(2.503)	-	19.513	-	30.112
Outros ativos correntes	10.052.551	344.452	(97.014)	(96.903)	(60.731)	-	10.142.355
Outros ativos financeiros bancários	3.262.950	1.499	(29.830)	-	(5.238)	-	3.229.381
Depósitos e aplicações bancárias	17.509	229	(9.145)	-	-	-	8.593
	58.396.710	2.586.711	(1.332.970)	(404.130)	(500.605)	228.247	58.973.964
Ativos não correntes detidos para venda	282.778	83.942	(7.195)	-	-	-	359.526
	282.778	83.942	(7.195)	-	-	-	359.526
Mercadorias	2.525.086	200.241	-	-	-	-	2.725.327
Matérias-primas, sub. e de consumo	847.331	40.524	-	-	-	-	887.855
	3.372.417	240.765	-	-	-	-	3.613.182
	62.051.906	2.911.419	(1.340.165)	(404.130)	(500.605)	228.247	62.946.671
	76.491.014	5.768.265	(3.198.328)	(422.820)	-	766.006	79.404.138

Com referência a 31 de dezembro de 2020, o Grupo procedeu à revisão das expected credit losses (“ECL”) a aplicar aos valores a receber e depósitos bancários, tendo procedido à reformulação dos parâmetros de risco de forma a fazer refletir na componente de forward looking a deterioração económica decorrente da situação da COVID-19, considerando para o efeito a conjugação das projeções de evolução da taxa de desemprego e do PIB. A 31 de março de 2021, não ocorreram alterações face à revisão efetuada em 2020.

Os montantes classificados em “Outros movimentos”, com referência a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, respeitam a movimentos decorrentes dos ajustamentos aos créditos POCl (Purchase or Originated Credit Impaired) no âmbito da aquisição da 321 Crédito em 1 de maio de 2019, de acordo com a IFRS 3 - Business Combinations.

14.Capital

Em 31 de março de 2021 o capital social da Empresa é composto por 150.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 Euros cada. O capital encontra-se totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 os acionistas da Empresa com participações iguais ou superiores a 2%, conforme informação reportada, resumem-se como segue:

31.12.2020				
Acionista	Nº ações	%	Valor nominal	
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	19.330.084	12,887%	9.665.042	
Manuel Carlos de Melo Champalimaud	353.185	0,235%	176.593	
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	19.683.269	13,122%	9.841.635
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾	15.057.937	10,039%	7.528.969	
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total	15.057.937	10,039%	7.528.969
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾	10.020.000	6,680%	5.010.000	
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	10.020.000	6,680%	5.010.000
Norges Bank ⁽⁴⁾	Total	5.250.000	3,500%	2.625.000
BBVA Asset Management, SA SGIIC ⁽⁵⁾	Total	3.495.499	2,330%	1.747.750
BPI Gestão de Activos ⁽⁶⁾	Total	3.044.307	2,030%	1.522.154
CTT, S.A. (ações próprias)	Total	1	0,000%	1
Restantes acionistas ⁽⁷⁾	Total	93.448.987	62,299%	46.724.494
Total	150.000.000	100,000%	75.000.000	

- (1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração, de que Duarte Palma Leal Champalimaud, Administrador não executivo dos CTT, é Vice-Presidente. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.
- (2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L.
- (3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome da GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.
- (4) Dado que o número exato de ações não foi comunicado pelo acionista, o número apresentado corresponde a um cálculo baseado na percentagem total indicada na comunicação respetiva. Em 05.01.2021, o Norges Bank comunicou o aumento da sua participação qualificada nos CTT, passando a deter 3,51% do seu capital social e direitos de voto, tendo, em 19.01.2021, comunicado a redução da sua participação qualificada para 2,83% do capital social e direitos de voto dos CTT, conforme comunicados de participação qualificada disponíveis no website dos CTT, respetivamente em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index?topic=participacao&year=2021&search=> e https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/0add6afa-463f-45a0-9345-7ebd431211fa/ficheiroPdf/Norges%20Bank%2019jan2021_PT.pdf?bylnode=true.
- (5) O BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome dos fundos BBVA BOLSA FI, BBVA BOLSA EURO FI, BBVA BOLSA EUROPA FI e BBVA BOLSA PLUS FI na qualidade de sociedade gestora. A Cidessa Uno SL é a entidade controladora direta do BBVA ASSET MANAGEMENT, SA, SGIIC.
- (6) Participação correspondente ao conjunto de ações dos CTT detidas por fundos de investimento mobiliários portugueses geridos pela BPI Gestão de Activos bem como detidas por carteiras relativamente às quais a BPI Gestão de Activos Fundos tem a respetiva gestão discricionária, conforme comunicado de participação qualificada efetuado em 31.10.2019 e publicado no website dos CTT em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/7ab7ba0d-cce1-4abd-84b2-030bb98b2fe0/ficheiroPdf/BPI%2031out2019_PT.pdf?bylnode=true.
- (7) Em 04/01/2021, o Citigroup Global Markets Limited apresentou uma notificação de participação qualificada em virtude de considerar que, após 31/12/2020 deixou de cumprir os critérios para recorrer à isenção da carteira de negociação, na sequência da saída do Reino Unido da União Europeia e da conclusão do período de transição do Brexit (v. comunicado no website dos CTT, em <https://www.ctt.pt/grupo-ctt/investidores/comunicados/index>). Em 22 de fevereiro de 2021 o Citigroup Global Markets Limited comunicou uma redução da sua participação

acionista para 1,9042% pelo que deixou de deter participação qualificada nos CTT (ver press release no website dos CTT em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/8b8a93a9-4017-4940-9e93-c184a61fe4f1/ficheiroPdf/Citigroup%2004jan2021_PT.pdf?bylnode=true).

31.03.2021				
Acionista		Nº ações	%	Valor nominal
Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. ⁽¹⁾		19.330.084	12,887%	9.665.042
Manuel Carlos de Melo Champalimaud		353.185	0,235%	176.593
Manuel Carlos de Melo Champalimaud ⁽¹⁾	Total	19.683.269	13,122%	9.841.635
Global Portfolio Investments, S.L. ⁽²⁾		15.057.937	10,039%	7.528.969
Indumenta Pueri, S.L. ⁽²⁾	Total	15.057.937	10,039%	7.528.969
GreenWood Builders Fund I, LP ⁽³⁾		10.020.000	6,680%	5.010.000
GreenWood Investors LLC ⁽³⁾	Total	10.020.000	6,680%	5.010.000
Norges Bank ⁽⁴⁾		4.245.000	2,830%	2.122.500
BBVA Asset Management, SA SGIIC ⁽⁵⁾		3.495.499	2,330%	1.747.750
Green Frog Investments Inc		3.044.477	2,030%	1.522.239
CTT, S.A. (ações próprias)		1	0,000%	1
Restantes acionistas		94.453.817	62,969%	47.226.909
Total		150.000.000	100,000%	75.000.000

- (1) Inclui 19.246.815 ações detidas pela Manuel Champalimaud, SGPS, S.A. e 83.269 ações detidas pelos membros do respetivo Conselho de Administração à data do comunicado realizado pelo acionista qualificado em 23.03.2020. Participação qualificada imputável, direta e indiretamente, a Manuel Carlos de Melo Champalimaud.
- (2) A Global Portfolio Investments, S.L. é controlada pela Indumenta Pueri, S.L..
- (3) GreenWood Investors, LLC, de que Steven Wood, Administrador não executivo dos CTT, é Managing Member, exerce os direitos de voto não em seu nome próprio, mas em nome do GreenWood Builders Fund I, LP na qualidade de sociedade gestora. A cadeia completa de empresas controladas através das quais são detidos os direitos de voto inclui a GreenWood Investors, LLC e a GreenWood Performance Investors, LLC.
- (4) Dado que o número exato de ações não foi comunicado pelo acionista, o número apresentado corresponde a um cálculo baseado na percentagem total indicada na comunicação respetiva, conforme comunicado de participação qualificada de 19 de janeiro de 2021, disponível no website dos CTT, em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/0add6afa-463f-45a0-9345-7ebd431211fa/ficheiroPdf/Norges%20Bank%2019jan2021_PT.pdf?bylnode=true. Em 12.04.2021, o Norges Bank comunicou uma alteração da sua participação qualificada nos CTT, passando a deter 2,32% do capital social e direitos de voto dos CTT (vide comunicado disponível no website dos CTT, em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/4b7d0e77-3bed-4378-870e-547139b6fbb5/ficheiroPdf/Norges%20Bank%2012abr2021_PT.pdf?bylnode=true).
- (5) Em 16.04.2021, o BBVA Asset Management SA SGIIC comunicou a redução para 1,89% da sua participação nos CTT, deixando por isso de deter participação qualificada na Sociedade (vide comunicado disponível no website dos CTT, em https://www.ctt.pt/contentAsset/raw-data/e90b9d2a-9694-45ac-8059-ea675ed53cbc/ficheiroPdf/BBVA%2016abr2021_PT.pdf?bylnode=true).

15. Ações próprias, Reservas, Outras variações no capital próprio e Resultados transitados

Ações Próprias

A legislação comercial relativa a ações próprias obriga à existência de uma reserva não distribuível de montante igual ao preço de aquisição dessas ações, a qual se torna indisponível enquanto essas ações permanecerem na posse da sociedade. Adicionalmente, as regras contabilísticas aplicáveis determinam que os ganhos ou perdas na alienação de ações próprias sejam registados em reservas.

Em 31 de março de 2021 os CTT são detentores de 1 ação própria, com o valor nominal de 0,50€, encontrando-se todos os direitos inerentes suspensos nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais.

As ações próprias detidas pelos CTT, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos Estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas ações encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica de “Reservas” do Grupo apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2020				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	15.990	50.836.597	65.852.595
Justo valor de ativos	-	-	67.340	-	67.340
Saldo final	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935

	31.03.2021				
	Reservas legais	Reservas ações próprias	Reservas justo valor	Outras reservas	Total
Saldo inicial	15.000.000	8	83.330	50.836.597	65.919.935
Justo valor de ativos	-	-	245	-	245
Saldo final	15.000.000	8	83.575	50.836.597	65.920.180

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva para ações próprias (CTT, S.A.)

Em 31 de março de 2021, esta rubrica inclui o montante de 8 Euros relativos à reserva indisponível de igual valor ao preço de aquisição das ações próprias detidas.

Outras reservas

Esta rubrica regista os lucros transferidos para reservas que não sejam impostas pela lei ou pelos estatutos, nem sejam constituídas de acordo com contratos firmados pela Empresa.

Resultados Transitados

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados” do Grupo:

	31.12.2020	31.03.2021
Saldo inicial	10.867.301	39.962.419
Aplicação do resultado líquido do período anterior	29.196.933	16.669.309
Ajustamentos em ativos financeiros decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial	(15.806)	5.189
Outros movimentos	(86.009)	-
Saldo final	39.962.419	56.636.917

Outras variações no capital próprio

Os ganhos/perdas atuariais associadas a benefícios pós-emprego, bem como o correspondente imposto diferido, são reconhecidos nesta linha.

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021 os movimentos ocorridos nesta rubrica do Grupo foram os seguintes:

	31.12.2020	31.03.2021
Saldo inicial	(49.744.144)	(47.600.236)
Ganhos / perdas atuariais	2.917.315	-
Impostos diferidos de ganhos / perdas atuariais (Nota 25)	(773.407)	-
Saldo final	(47.600.236)	(47.600.236)

16.Dividendos

Na Assembleia Geral que ocorreu no dia 29 de abril de 2020, foi proposto e aprovado, a não distribuição de dividendos, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019. O valor do resultado líquido no montante de 29.196.933 Euros foi transferido para resultados transitados.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados que consta do Relatório e Contas de 2020, foi proposta e aprovada, na Assembleia Geral que ocorreu no dia 21 de abril de 2021, a distribuição de dividendos no montante de 12.750.000 Euros que corresponde a um dividendo por ação de 0,085 Euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020. O valor do dividendo atribuível a ações próprias foi transferido para resultados transitados, o qual ascendeu a 0,085 Euros.

17.Resultados por ação

Nos períodos de três meses findo em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, os resultados por ação foram calculados como segue:

	31.03.2020	31.03.2021
Resultado líquido do período	3.681.542	8.700.423
Nº médio de ações ordinárias	149.999.999	149.999.999
Resultado líquido por ação:		
Básico	0,02	0,06
Diluído	0,02	0,06

O número médio de ações é analisado como segue:

	31.03.2020	31.03.2021
Ações emitidas no início do exercício	150.000.000	150.000.000
Efeito ações próprias	1	1
N.º médio de ações durante o período	149.999.999	149.999.999

O resultado líquido por ação básico é calculado dividindo o lucro consolidado atribuível aos acionistas da Empresa pelo número médio de ações ordinárias que compõem o seu capital, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Em 31 de março de 2021 o número de ações próprias em carteira é de 1, sendo o seu número médio no período findo em 31 de março de 2021 de 1, refletindo o facto de não terem ocorrido aquisições ou alienações / entregas no referido período.

Não existem quaisquer fatores diluidores do resultado líquido por ação.

18. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica de “Financiamentos obtidos” do Grupo apresentava o seguinte detalhe:

	31.12.2020	31.03.2021
Passivo não corrente		
Empréstimos bancários	74.799.925	75.027.009
Passivos de locação	89.234.203	90.527.312
	164.034.127	165.554.321
Passivo corrente		
Empréstimos bancários	16.856.747	16.840.739
Passivos de locação	25.975.879	26.129.165
	42.832.626	42.969.904
	206.866.753	208.524.225

A 31 de março de 2021, as taxas de juro aplicadas aos Empréstimos bancários encontravam-se entre 1,25% e 1,875% (31 de dezembro de 2020: 1,25% e 1,875%).

Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, o detalhe dos empréstimos bancários do Grupo era o seguinte:

	31.12.2020			31.03.2021		
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado	
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários						
Millennium BCP	11.250.000	9.731.747	-	11.250.000	9.715.739	-
BBVA / Bankinter	75.000.000	7.125.000	40.075.774	47.500.000	7.125.000	40.117.729
Novo Banco	35.000.000	-	34.724.151	35.000.000	-	34.909.281
Banco Montepio	25.000.000	-	-	25.000.000	-	-
BIM - (Moçambique)	40.928	-	-	38.047	-	-
	146.290.928	16.856.747	74.799.925	118.788.047	16.840.739	75.027.009

Foi assinado no dia 27 setembro de 2017 um contrato de financiamento entre os CTT e os bancos BBVA e Bankinter pelo prazo inicial de 5 anos no montante total de 90 milhões de Euros, com a possibilidade de utilização dos fundos até setembro de 2018. Na sequência da não utilização de qualquer montante até à data mencionada, o contrato foi renegociado em 27 de setembro de 2018, tendo o montante global sido alterado para 75 milhões de Euros mas mantendo-se o prazo de 1 ano para a utilização dos fundos. Com referência a 31 de dezembro de 2018, foi utilizado o montante de 25 milhões de Euros, apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 24.276.250 Euros. Em 31 de março de 2021 aquele montante correspondia a 47.242.729 Euros, o restante valor disponibilizado não foi, por decisão da empresa, alvo de utilização.

Em 22 de abril de 2019 foi assinado um contrato de abertura de crédito simples entre os CTT e o Novo Banco pelo prazo de 60 meses, com 2 anos de carência, podendo ser prorrogado pelo período de 24 meses, pelo montante total de 35 milhões de Euros. Com referência a 31 de março de 2021, os 35 milhões foram utilizados sendo apresentado no balanço líquido de comissões no valor de 34.909.281 Euros.

Foi assinado no dia 21 de maio de 2020 um Contrato de Colocação de Emissão Particular de Papel Comercial no montante máximo de 25 milhões de Euros, com o prazo de 3 anos, renovável por igual período. Com referência a 31 de março de 2021, não foi utilizado qualquer montante.

Os empréstimos bancários obtidos estão sujeitos ao cumprimento de covenants financeiros, nomeadamente cláusulas de Cross default, Negative Pledge e limites ao valor de Assets Disposal. Adicionalmente, os empréstimos obtidos exigem ainda o cumprimento de rácios de dívida financeira líquida sobre o EBITDA e autonomia financeira. O cumprimento dos covenants financeiros são monitorizados regularmente pelo Grupo, sendo o seu cumprimento aferido pelas contrapartes numa base anual com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro. A 31 de dezembro de 2020 o Grupo estava em situação de cumprimento dos covenants financeiros.

Passivos de Locação

O Grupo apresenta responsabilidades com locações cujos pagamentos futuros, não descontados e valores descontados apresentados na posição financeira, são detalhados como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Até 1 ano	31.651.641	29.429.036
Entre 1 ano e 5 anos	83.337.641	82.704.994
A mais de 5 anos	18.964.112	23.411.905
Total de passivos de locação não descontados	133.953.395	135.545.935
Corrente	25.975.879	26.129.165
Não corrente	89.274.939	90.527.311
Passivos de locação incluídos na posição financeira	115.250.818	116.656.477

Os montantes reconhecidos na demonstração de resultados por naturezas detalham-se como segue:

	31.03.2020	31.03.2021
Juros dos passivos de locação (nota 24)	822.982	764.361
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de locação	952.651	480.351

Os montantes reconhecidos na demonstração de fluxos de caixa detalham-se como segue:

	31.03.2020	31.03.2021
Total de pagamentos de locações	(6.356.790)	(7.443.849)

A movimentação ocorrida nos direitos de uso subjacentes a estes passivos de locação pode ser analisada na nota 4.

Reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento

A reconciliação das alterações nas responsabilidades decorrentes da atividade de financiamento com referência a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, no Grupo, detalha-se como se segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Saldo inicial	175.411.501	206.866.753
Movimentos sem cash	60.096.573	9.117.328
Novos contratos + Juros IFRS 16	59.773.852	9.010.628
Outros	322.721	106.700
Financiamentos obtidos:		
Entrada de cash	21.293.090	3.713.901
Saída de cash	(21.405.813)	(3.729.908)
Passivos de locação:		
Entrada de cash	-	-
Saída de cash	(28.528.597)	(7.443.849)
Saldo final	206.866.753	208.524.225

19. Provisões, Garantias prestadas, Passivos contingentes e compromissos

Provisões

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, para fazer face aos processos judiciais e a outras obrigações presentes decorrentes de acontecimentos passados o Grupo constituiu “Provisões” que apresentaram o seguinte movimento:

Grupo	31.12.2020					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais em curso	2.848.977	1.059.573	(601.790)	(350.419)	47.075	3.003.416
Reestruturação	1.039.748	193.000	(142.401)	(7.000)	-	1.083.347
Outras provisões	10.381.956	1.318.106	(973.191)	(6.326)	(317.668)	10.402.877
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	14.270.681	2.570.679	(1.717.382)	(363.745)	(270.593)	14.489.641
Reestruturação	679.141	227.733	-	(743.074)	-	163.800
Outras provisões	2.685.556	842.101	-	(764.744)	-	2.762.913
	17.635.378	3.640.514	(1.717.382)	(1.871.563)	(270.593)	17.416.354

Grupo	31.03.2021					
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	Transferências	Saldo final
Provisões não correntes						
Processos judiciais em curso	3.003.416	290.730	(254.735)	(23.139)	10.936	3.027.208
Reestruturação	1.083.347	-	-	(152.715)	-	930.632
Outras provisões	10.402.877	190.396	(132.794)	(57.730)	(10.936)	10.391.813
Sub-total - rubrica "Provisões (aumentos)/reversões"	14.489.640	481.126	(387.529)	(233.584)	-	14.349.653
Reestruturação	163.800	15.000	-	-	-	178.800
Outras provisões	2.762.913	-	-	(16.041)	-	2.746.872
	17.416.354	496.126	(387.529)	(249.625)	-	17.275.326

O valor líquido entre aumentos e reversões das provisões foi registado na Demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Provisões (aumentos)/reversões”, no montante de (1.003.701) Euros em 31 de março de 2020 e 93.597 Euros em 31 de março de 2021.

Uma provisão deve apenas ser usada para os dispêndios relativos aos quais a provisão foi originalmente reconhecida, pelo que o Grupo efetua a reversão das provisões quando deixa de ser provável que será necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos futuros para liquidar a obrigação.

Processos judiciais

As provisões para processos judiciais em curso destinam-se a fazer face a responsabilidades decorrentes de processos intentados contra o Grupo, estimadas com base em informações dos seus advogados bem como no término dos referidos processos. O valor final e o momento da ocorrência dos exfluxos associados à provisão para processos judiciais está dependente do desfecho dos respetivos processos.

A reversão da provisão constituída para processos judiciais em curso no valor de 667.905 Euros em 31 de dezembro de 2020 e 254.735 Euros em 31 de março de 2021, resulta, essencialmente, de processos cuja decisão, da qual se tomou conhecimento no decurso de 2020 ou 2021, respetivamente, se revelou favorável ao Grupo, ou, não tendo sido favorável, resultou na condenação ao pagamento de valores que se revelaram inferiores aos valores estimados (e refletidos nesta rubrica de provisão).

Reestruturações

Os CTT aprovaram em 19 dezembro de 2017 um Plano de Transformação Operacional, no qual se destacam os objetivos de otimização da rede de lojas e de reforço do programa de otimização de RH. Na sequência da manutenção, em 2019, 2020 e 2021, do programa de otimização de RH, a provisão constituída para o efeito ascendia, em 31 de março de 2021 a 178.800

Euros no Grupo tendo sido reconhecida na rubrica Gastos com o pessoal na demonstração dos resultados por natureza. É expectável que esta provisão seja substancialmente utilizada durante o ano de 2021.

A provisão constituída em 2018 no âmbito do Plano de Transformação Operacional, na vertente da rede de distribuição e das operações de tratamento do correio apresenta, após revisão/atualização dos critérios que lhe são subjacentes, no período findo em 31 de dezembro de 2020, o montante de 1.083.347 Euros. Em 31 de março de 2021, a provisão ascende a 930.632 Euros, sendo a variação explicada pelo montante utilizado no período corrente.

Outras provisões

No período findo em 31 de março de 2021 o montante provisionado no Grupo para fazer face a eventuais contingências relativas a ações de contencioso laboral não incluídos nos processos judiciais em curso, relativos a diferenças retributivas e prémios de assiduidade que possam ser exigidas pelos trabalhadores, ascende nesta data a 6.568.290 Euros (6.627.110 Euros em 31 de dezembro de 2020). O valor da provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo para o exfluxo, não sendo possível estimar o momento esperado para o exfluxo na medida em que o mesmo depende do momento de instauração de processos pelos colaboradores do Grupo.

Em 31 de março de 2021 encontra-se reconhecida na CTT Expresso, sucursal em Espanha uma provisão para fazer face à notificação emitida pela Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia. O mesmo teve origem durante o ano de 2016, com base em alegada atuação contrária ao artigo 1.º da Lei n.º 15/2017 (“Lei sobre Defesa da Concorrência”) e ao artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (“TFUE”). Esta notificação ascende ao montante de 3.148.845 Euros e foi já alvo da apresentação de recurso junto da Audiência Nacional em Espanha. Neste âmbito, a Tourline (atualmente designada CTT Expresso, sucursal em Espanha) apresentou um pedido formal para suspensão de aplicação da medida coerciva, tendo aquele pedido sido aceite mediante a condição de apresentação de garantia – procedimento que foi devida e atempadamente adotado pela Tourline. O montante provisionado, que ascende a 1.400.000 Euros, resulta da avaliação efetuada pelos seus consultores legais, estando o Grupo a aguardar o desfecho do processo e não sendo possível antecipar um prazo para resolução.

O montante provisionado na 321 Crédito, S.A. que ascende a 1.534.749 Euros a 31 de março de 2021 (1.615.802 Euros em 31 de dezembro de 2020) resulta, essencialmente, da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais e outros processos.

A 31 de março de 2021, para além das situações acima referidas, no Grupo esta provisão inclui ainda:

- o montante de 238.959 Euros para cobertura de gastos de desmantelamento de ativos fixos tangíveis e/ou remoção de instalações e restauração do local;
- o valor de 550.000 Euros que resulta da avaliação efetuada pela gestão relativamente à possibilidade de materialização de contingências fiscais;
- o montante de 309.007 Euros relativos à responsabilidade, reconhecida na empresa CTT Expresso, com um processo do foro laboral;
- o valor de 1.900.039 Euros para cobertura de gastos de acondicionamento de viaturas operacionais.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, o Grupo tinha prestado garantias bancárias a terceiros conforme detalhe seguinte:

Descrição	Grupo	
	31.12.2020	31.03.2021
Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e		
CNMC - Comissão Nacional de los Mercados y la Competencia - Espanha	3.148.845	3.148.845
Autoridade Tributária e Aduaneira	2.282.510	2.261.290
PLANINOVA - Soc. Imobiliária, S.A.	2.033.582	2.033.582
LandSearch, Compra e Venda de Imóveis	1.792.886	1.792.886
AMBIMOBILIÁRIA - INVESTIMENTOS E NEGÓCIOS, S.A.	480.000	480.000
EUROGOLD	694.464	406.080
Tribunais	260.610	281.830
TRANSPORTES BERNARDO MARQUES, S.A.	223.380	223.380
TIP - Transportes Intermodais do Porto, ACE	150.000	150.000
Autarquias	118.658	118.658
INCM - Imprensa Nacional da Casa da Moeda	85.056	85.056
EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres	68.895	68.895
ANA - Aeroportos de Portugal	34.000	34.000
Águas do Norte	23.804	23.804
Instituto de Gestão Financeira Segurança Social	21.557	21.557
EMEL, S.A.	19.384	19.384
Serviços Intermunicipalizados Loures e Odivelas	17.000	17.000
Direção Geral do Tesouro e Finanças	16.867	16.867
Portugal Telecom, S.A.	16.658	16.658
Refer	16.460	16.460
Outras Entidades	16.144	16.144
SMAS de Sintra	15.889	15.889
Repsol	15.000	15.000
Lagos em Forma - Gestão desportiva, E.M., SA	11.000	11.000
Águas do Porto, E.M	10.720	10.720
ADRA - Águas da Região de Aveiro	10.475	10.475
SMAS Torres Vedras	9.910	9.910
ACT Autoridade Condições Trabalho	9.160	9.160
Consejería Salud	4.116	4.116
Instituto do Emprego e Formação Profissional	3.719	3.719
EMARP - Empresa de Águas e Resíduos de Portimão	3.100	3.100
O Feliz - Imobiliária	381.553	-
CIVILRIA	224.305	-
Solred	80.000	-
Companhia Carris de Ferro de Lisboa, EM, SA	55.000	-
ADAM - Águas do Alto Minho	466	-
	12.355.172	11.325.464

Garantias contratos de arrendamentos:

De acordo com o estipulado em alguns contratos de arrendamento dos edifícios ocupados pelos serviços da Empresa, tendo o Estado Português deixado de deter a maioria do capital social dos CTT, foram prestadas garantias bancárias on first demand. Estas garantias atingem, em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, no Grupo, o montante de 3.826.468 Euros.

A CTT Expresso, sucursal em Espanha prestou uma garantia bancária à Sexta Secção do Contencioso Administrativo da Audiência Nacional e à Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia espanhola no valor de 3.148.845 Euros, enquanto decorre o recurso apresentado pela CTT Expresso, sucursal em Espanha junto da Audiência Nacional em Espanha.

Compromissos

A 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, o Grupo subscreveu livranças que totalizaram um valor aproximado de 75,3 mil Euros e 38 mil Euros, respetivamente, a favor de diversas entidades de crédito destinadas ao bom cumprimento dos respetivos contratos de financiamento.

O Grupo assumiu ainda compromissos financeiros (cartas de conforto) no montante de 1.170.769 Euros relativamente à sucursal em Espanha da CTT Expresso, os quais se encontram ativos em 31 de março de 2021.

O Grupo contratou seguros de caução no montante global de 1.426.192 Euros (31 de dezembro de 2020: 1.033.163 Euros), com o objetivo de garantir o bom cumprimento de obrigações contratuais assumidas com terceiros.

Adicionalmente, o Grupo assumiu ainda compromissos relativos a rendas de imóveis no âmbito de contratos de arrendamento e rendas no âmbito de outros contratos de locação.

Os compromissos contratuais referentes a ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis do Grupo encontram-se detalhados, respetivamente nas Notas 4 e 5.

20. Contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 a rubrica “Contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	31.03.2021
Corrente		
Adiantamento de clientes	3.054.584	3.131.668
Vales CNP	88.916.523	88.961.532
Fornecedores c/c	87.287.994	84.323.912
Faturas em receção e conferência (c/corrente)	7.955.395	10.850.597
Fornecedores de investimentos	5.808.358	3.471.263
Faturas em receção e conferência (investimentos)	5.688.925	3.277.383
Valores cobrados por conta de Terceiros	6.546.335	5.931.526
Serviços financeiros postais	154.324.605	104.199.145
Cauções	567.215	574.491
Cobranças	1.859.349	1.927.304
Indemnizações	581.798	624.670
Operadores postais - valores a liquidar	1.722.118	2.112.448
Valores a regularizar a terceiros	4.282.230	1.107.752
Valores a regularizar das lojas	495.476	526.454
Outras contas a pagar	6.471.998	6.915.479
	375.562.902	317.935.623

Vales CNP

O valor de “Vales CNP” refere-se aos valores recebidos do Centro Nacional de Pensões, cuja data de liquidação aos respetivos pensionistas deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período.

Serviços financeiros postais

Esta rubrica regista essencialmente os valores cobrados relativos a impostos, seguros, certificados de aforro/tesouro e outros vales, cuja data de liquidação deverá ocorrer no mês seguinte ao encerramento do período. O decréscimo verificado fica a dever-se, essencialmente, à redução observada na subscrição de certificados do tesouro.

21. Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica “Depósitos de clientes bancários e outros empréstimos” no Grupo apresentava a seguinte composição:

	31.12.2020	31.03.2021
Depósitos à ordem	1.207.038.127	1.270.946.058
Depósitos a prazo	178.175.790	198.228.610
Depósitos de poupança	303.251.244	328.266.117
	1.688.465.160	1.797.440.785

Os montantes acima referidos respeitam a depósitos de clientes do Banco CTT. Os depósitos de poupança são depósitos associados às contas à ordem e que permitem ao cliente obter uma remuneração acima daquela que é praticada pelos depósitos à ordem, sendo mobilizável a qualquer altura, não tendo limite de subscrição, e sendo possível fazer agendamentos de transferências de e para esta conta. Estes depósitos são distintos dos depósitos a prazo na medida em que estes têm data definida de constituição e maturidade, ao passo que as contas poupança são totalmente mobilizáveis sem penalização na remuneração.

O escalonamento por prazos de vencimento residual, a 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021 detalha-se como segue:

31.12.2020						
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Depósitos à ordem e de poupança	1.510.289.371	-	-	-	-	1.510.289.371
Depósitos a prazo	-	81.534.153	96.641.636	-	-	178.175.790
	1.510.289.371	81.534.153	96.641.636	-	-	1.688.465.160

31.03.2021						
	Sem maturidades definidas	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Depósitos à ordem e de poupança	1.599.212.175	-	-	-	-	1.599.212.175
Depósitos a prazo	-	90.269.500	107.959.110	-	-	198.228.610
	1.599.212.175	90.269.500	107.959.110	-	-	1.797.440.785

A rubrica “Depósitos de outras instituições de crédito” refere-se a operações de venda com acordo de recompra de instituições de crédito no estrangeiro.

22. Imposto a receber / pagar

Em 31 de março de 2021 esta rubrica reflete o valor da estimativa de imposto sobre o rendimento referente ao período de 2020 e ainda não pago, bem como a estimativa de imposto sobre o rendimento relativa ao período de três meses findo em 31 de março de 2021.

23. Gastos com o pessoal

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica de “Gastos com o pessoal” relativa ao Grupo tinha a seguinte composição:

	31.03.2020	31.03.2021
Remunerações	69.294.726	70.204.232
Benefícios aos empregados	1.044.698	1.082.290
Indemnizações	237.497	249.516
Encargos sobre remunerações	15.162.563	15.167.424
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	1.087.970	1.022.513
Gastos de ação social	1.482.983	1.578.450
Outros gastos com o pessoal	8.483	32.783
	88.318.919	89.337.208

Remuneração dos Órgãos Sociais dos CTT, S.A.

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, as remunerações fixas e variáveis atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais dos CTT, SA, foram as seguintes:

31.03.2020					
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	631.114	47.357	13.950	-	692.421
Remuneração variável anual	-	-	-	-	-
	631.114	47.357	13.950	-	692.421
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	45.887	-	-	-	45.887
Remun variável Longo prazo	-	-	-	-	-
	45.887	-	-	-	45.887
	677.001	47.357	13.950	-	738.308

31.03.2021					
	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Comissão de Vencimentos	Assembleia Geral	Total
Remunerações de curto prazo					
Remunerações fixas	717.999	39.643	4.950	-	762.592
Remuneração variável anual	-	-	-	-	-
	717.999	39.643	4.950	-	762.592
Remunerações Longo prazo					
Plano de contribuição definida - PPR	49.425	-	-	-	49.425
Remun variável Longo prazo	-	-	-	-	-
	49.425	-	-	-	49.425
	767.424	39.643	4.950	-	812.017

Na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “stock options”.

A RVLP sob a forma de participação em plano de opções sobre ações dos CTT, depende igualmente do desempenho da Sociedade e visa um alinhamento de interesses com esse desempenho numa perspetiva de longo prazo, na medida que:

- O plano fixa o número de opções atribuídas a exercer pelo CEO, pelo CFO e pelos demais Administradores executivos e o seu preço de atribuição ou strike price;
- O número de ações a receber depende da diferença entre o strike price e o preço de exercício, ou seja, a média de preços, ponderada pelo volume de negociação, das transações sobre ações da Sociedade realizadas no mercado regulamentado Euronext Lisbon, nas sessões realizadas nos 45 dias anteriores à data de exercício (1 de janeiro de 2023);
- A RVLP atribuída ao abrigo do plano está sujeita à evolução positiva da cotação e ao desempenho positivo da Sociedade e a condições de elegibilidade relacionadas com a não verificação das situações que dão lugar à aplicação dos mecanismos de ajustamento adiante referidos nem de incumprimentos materiais dos termos do plano;
- O plano prevê ainda mecanismos de diferimento e retenção que resultam da combinação de dois aspetos: (i) diferimento da data do exercício de todas as opções (1 de janeiro de 2023, atendendo ao final do mandato de 3 anos 2020/2022); e (ii) estabelecimento de um período de retenção pela Sociedade de parte das ações atribuídas (ao longo do período entre a data do exercício e o quinto dia de negociação imediatamente seguinte ao final do mês após a data de aprovação das contas referentes a 2024 em assembleia geral anual a ter lugar em 2025, ou a 31 de maio de 2025, consoante o que ocorrer posteriormente).

Na sequência do estudo realizado, por entidade independente em 31 de dezembro de 2020, foi apurado por referência ao Regulamento de Remunerações à data em vigor, um montante de 201.592 Euros para RVLP, reconhecido em gastos do período em 2020, a ser recalculado ao longo do ano de 2021 e liquidado no final dos três anos, caso sejam cumpridas as condições acima descritas para a sua atribuição.

No ano findo a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as regras aplicáveis ao abrigo do Regulamento de remunerações dos membros dos órgãos sociais dos CTT revogado a 21 de abril de 2021, não houve lugar ao pagamento de remuneração variável anual (RVA) aos membros dos órgãos sociais.

Nos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021 estão incluídos na rubrica “Gastos com o pessoal” do Grupo, os montantes de 102.423 Euros e 108.754 Euros relativos a gastos com estruturas representativas dos trabalhadores.

No período findo em 31 de março de 2021, o nº médio de pessoal ao serviço do Grupo era de 12.053 (12.118 colaboradores no período findo em 31 de março de 2020).

24. Gastos e rendimentos financeiros

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica referente a “Gastos e perdas financeiros” do Grupo tinha o seguinte detalhe:

	31.03.2020	31.03.2021
Juros suportados		
Financiamentos bancários	407.903	458.383
Passivos de locação	822.982	764.361
Outros juros	147.095	-
Gastos financeiros - Benefícios de empregados	1.115.146	892.743
Outros gastos de financiamento	21.227	31.188
	2.514.353	2.146.675

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, a rubrica “Rendimentos financeiros” do Grupo encontrava-se detalhada como se segue:

	31.03.2020	31.03.2021
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	3.143	4.093
Outros rendimentos similares	-	1.893
	3.143	5.986

25. Impostos sobre o rendimento

As empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, à qual acresce a Derrama Municipal, fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, e a Derrama Estadual que corresponde a 3% do excedente do lucro tributável entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros, 5% do excedente entre 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros e 9% no montante que exceda os 35.000.000 Euros. A CTT – Expresso, S.A., sucursal em Espanha encontra-se sujeita a imposto sobre os lucros em Espanha, em sede de “Impuesto sobre Sociedades” (“IS”) à taxa de 25%, assim como a subsidiária CORRE se encontra sujeita em Moçambique a imposto sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRPC”) à taxa de 32%.

Os CTT são tributados em sede de IRC juntamente com as suas participadas CTT – Expresso, S.A., Payshop Portugal, S.A., CTT Contacto, S.A., Banco CTT, S.A., 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A., em resultado da opção pela aplicação do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (“RETGS”). As restantes

empresas participadas são tributadas individualmente. Salienta-se que as entidades 321 Crédito – Instituição Financeira de Crédito, S.A. e CTT Soluções Empresariais, S.A. integraram o RETGS no presente exercício económico.

Reconciliação da taxa de imposto

Nos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto do Grupo, foi efetuada como segue:

	31.03.2020	31.03.2021
Resultado antes de impostos (a)	6.196.447	13.261.575
Taxa nominal de imposto	21,0%	21,0%
	1.301.254	2.784.931
Benefícios fiscais	(98.465)	(68.686)
Mais / (menos) - valias contabilísticas	(124.035)	(3.698)
Mais / (menos) - valias fiscais	71.071	1.849
Equivalência patrimonial	117.172	103.442
Provisões não consideradas para cálculo de impostos diferidos	5.115	(17.021)
Perdas e reversões por imparidade	62.380	51.956
Indemnizações por eventos seguráveis	21.070	40.437
Depreciações e encargos com aluguer de viaturas	3.887	6.486
Créditos incorríveis	5.658	8.935
Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos	4.167	2.851
Outras situações, líquidas	301.066	998.019
Ajustamentos à coleta - Tributação autónoma	165.276	130.283
Crédito fiscal SIFIDE	-	(216.176)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(101.714)	-
Subtotal (b)	1.733.902	3.823.607
(b)/(a)	27,98%	28,83%
Ajustamentos à coleta - Derrama Municipal	197.558	228.486
Ajustamentos à coleta - Derrama Estadual	553.732	475.933
Imposto sobre o rendimento do período	2.485.192	4.528.025
Taxa efectiva de imposto	40,11%	34,14%
Imposto sobre o rendimento do período		
Imposto corrente	2.189.533	3.706.665
Imposto diferido	397.373	1.037.536
Crédito fiscal SIFIDE	-	(216.176)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa e restituição de impostos	(101.714)	-
	2.485.192	4.528.025

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2021, a rubrica “Crédito Fiscal SIFIDE” refere-se ao reembolso de SIFIDE respeitante ao ano de 2018.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de março de 2021, os saldos do Grupo referentes a impostos diferidos ativos e passivos era composto como segue:

	31.12.2020	31.03.2021
Ativos por impostos diferidos		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	75.968.984	75.770.941
Benefícios aos empregados - plano pensões	73.758	67.174
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	3.186.436	2.529.973
Perdas por imparidade e provisões	4.936.452	4.937.150
Prejuízos fiscais reportáveis	786.994	510.247
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	408.756	429.470
Remuneração variável de longo prazo (CE)	53.978	98.445
Terrenos e edifícios	355.770	355.770
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	1.603.577	1.523.398
Outros	517.163	594.692
	87.891.868	86.817.260
Passivos por impostos diferidos		
Excedentes de revalorização antes IFRS	1.955.171	1.909.642
Mais - valias suspensas	703.836	695.962
Ativos não correntes detidos para venda	83.010	83.010
Outros	51.682	38.022
	2.793.698	2.726.635

O ativo por imposto diferido relativo ao regime de reavaliação fiscal de ativos fixos tangíveis foi reconhecido na sequência da adesão da Empresa ao regime previsto Decreto-Lei nº 66/2016 de 3 de novembro. No período findo em 31 de março de 2021 o montante ascende a 1.523.398 Euros.

A 31 de março de 2021 é expectável que os ativos e passivos por impostos diferidos a serem liquidados no ano corrente sejam de 3,4 milhões de Euros e 0,2 milhões de Euros, respetivamente.

No ano findo em 31 de dezembro de 2020 e no período de três meses findo em 31 de março de 2021, o movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos do Grupo foi o seguinte:

	31.12.2020	31.03.2021
Ativos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	89.329.806	87.891.868
Movimentos do período - efeitos em resultados		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(104.541)	(198.043)
Benefícios aos empregados - plano pensões	-	(6.584)
Benefícios aos empregados - outros benefícios de longo prazo	317.812	(656.463)
Perdas por imparidade e provisões	(90.940)	(14.419)
Prejuízos fiscais reportáveis	(502.991)	(276.747)
Perdas por imparidade em ativos fixos tangíveis	22.946	20.714
Remuneração variável de longo prazo (CE)	53.978	-
Plano de ações	-	44.467
Terrenos e edifícios	(1.039)	-
Regime de reavaliação fiscal dos ativos fixos tangíveis	(320.715)	(80.179)
Outros	52.981	75.727
Efeito em capitais próprios		
Benefícios aos empregados - cuidados de saúde	(766.465)	-
Benefícios aos empregados - plano pensões	(10.910)	-
Outros	(88.054)	16.919
Saldo final	87.891.868	86.817.260
	31.12.2020	31.03.2021
Passivos por impostos diferidos		
Saldos no início do período	2.958.115	2.793.698
Excedentes de revalorização antes IFRS	(182.111)	(45.529)
Mais-valias suspensas	(33.845)	(8.461)
Outros	-	-
Efeito em capitais próprios		
Reserva de justo valor	19.645	-
Outros	31.895	(13.073)
Saldo final	2.793.698	2.726.635

Os prejuízos fiscais estão relacionados com as perdas apuradas pelas subsidiárias Tourline e Transporta, que foram objeto de fusão por incorporação na CTT – Expresso, S.A., e detalham-se como segue:

	31.12.2020		31.03.2021	
Grupo	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos	Prejuízos fiscais	Impostos diferidos ativos
CTT Expresso, SA, Sucursal em Espanha	72.471.042	-	72.471.042	-
CTT Expresso/Transporta	6.142.786	783.366	6.142.786	510.247
Total	78.613.828	783.366	78.613.828	510.247

No caso da CTT Expresso, sucursal em Espanha (anterior Tourline) referem-se aos anos de 2008, 2009 e 2011 que podem ser reportados nos próximos 15 anos, aos prejuízos fiscais de 2012, 2013 e 2014 que podem ser reportados nos próximos 18 anos e aos prejuízos fiscais de 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, sem limite temporal para o seu reporte. Não foram reconhecidos quaisquer ativos por impostos diferidos associados aos prejuízos fiscais da CTT Expresso, sucursal em Espanha dado o seu histórico de perdas. O Grupo irá continuar a monitorizar em 2021 o cumprimento do novo plano de negócios aprovado, o qual prevê um aumento das receitas e da rentabilidade da operação expresso em Espanha, reavaliando se o grau de cumprimento dos objetivos definidos permite assegurar a recuperabilidade daqueles montantes e a possibilidade de reconhecimento de impostos diferidos ativos.

No que respeita à CTT Expresso / Transporta, os prejuízos apresentados referem-se às perdas dos anos de 2017 e 2018 da Transporta uma vez que em 2019 esta empresa foi incorporada na CTT Expresso, as quais podem ser reportadas nos próximos 7 anos (anteriormente 5 anos, mas alargados para 7 anos no âmbito de medidas excecionais aprovadas para fazer face a consequências adversas originadas pela pandemia de COVID-19). O reconhecimento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais da Transporta encontra-se suportado pela estimativa de lucros tributáveis futuros da CTT Expresso, baseada no plano de negócios da empresa a 5 anos (i.e., até 2025).

De referir que, na sequência da aquisição da Transporta, foi apresentado um pedido de manutenção dos prejuízos fiscais que haviam sido apurados com referência aos períodos de 2014 e 2015 (nos montantes de 4.536.810 Euros e 3.068.088 Euros, disponíveis para reporte até 2028 e 2029, respetivamente), sobre os quais se aguarda ainda resposta da Autoridade Tributária e Aduaneira. Mediante resposta favorável ao pedido apresentado, poderá vir a ser reconhecido no futuro um ativo por impostos diferidos sobre aqueles prejuízos fiscais.

A análise de sensibilidade efetuada permite concluir que uma redução de 1% na taxa subjacente ao cálculo dos impostos diferidos teria como impacto um aumento do imposto sobre o rendimento do período de cerca de 2,3 milhões de Euros, no Grupo.

SIFIDE

Tendo em consideração o histórico associado a esta realidade, o Grupo tende a adotar como política de reconhecimento do crédito fiscal relativo ao SIFIDE a efetiva receção da declaração da comissão certificadora da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

No que se refere às despesas incorridas com I&D pelo Grupo no exercício económico de 2019, com a entrega da candidatura, estas ascenderam ao montante aproximado de 1.422.552 Euros, tendo o Grupo a possibilidade de beneficiar de uma dedução à coleta em sede de IRC estimada em 753.235 Euros.

Quanto ao exercício económico de 2020, o Grupo encontra-se ainda a identificar e quantificar as despesas incorridas com I&D que irão integrar a candidatura que será submetida no decurso do ano de 2021.

Os ganhos relacionados com as despesas incorridas com I&D em 2019 e 2020 não foram ainda reconhecidos, uma vez que o Grupo apenas reconhece o crédito fiscal com a efetiva receção da declaração da comissão da elegibilidade das despesas apresentadas em candidatura.

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos CTT de 2018 e seguintes podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2021.

26. Partes relacionadas

O Regulamento sobre Avaliação e Controlo de Transações com Partes Relacionadas dos CTT define parte relacionada como: acionista qualificado, dirigente, administrador de sociedades subsidiárias ou terceiro com qualquer destes relacionado através de interesse comercial ou pessoal relevante (nos termos do IAS 24) e ainda sociedades subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos (joint ventures) dos CTT. Considera-se existir um “interesse comercial ou pessoal relevante” em relação (i) aos familiares próximos dos dirigentes, dos administradores de sociedades subsidiárias e de acionistas qualificados que, em cada momento, detenham influência significativa sobre os CTT, bem como (ii) a entidades controladas (individual ou conjuntamente) seja pelos dirigentes ou administradores de sociedades subsidiárias, seja pelos acionistas qualificados seja pelas pessoas referidas em (i). Para este efeito, considera-se existir “controlo” quando a pessoa em causa tiver, direta ou indiretamente, o poder de orientar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade de forma a obter benefícios das suas atividades. Por sua vez, são “familiares próximos”: (i) o cônjuge ou parceiro doméstico e (ii) os filhos e dependentes do próprio e das pessoas referida em (i).

De acordo com o Regulamento as transações significativas com partes relacionadas devem ser aprovadas por deliberação do Conselho de Administração, precedida de parecer prévio favorável por parte da Comissão de Auditoria, assim como as transações que os membros dos órgãos de administração dos CTT e/ou subsidiárias realizem com os CTT e/ou subsidiárias, salvo quando se encontrem compreendidas no próprio comércio da sociedade em causa e não seja concedida qualquer vantagem especial ao administrador diretamente ou por pessoa interposta. Entende-se por transação significativa, qualquer transação com parte relacionada cujo montante seja superior a um milhão de euros, e/ou realizada fora do âmbito da atividade corrente dos CTT e/ou subsidiárias e/ou fora das condições de mercado.

As demais “Transações com partes relacionadas” são aprovadas pela Comissão Executiva, na medida da respetiva delegação de competências, e sujeitas a verificação a posteriori da Comissão de Auditoria.

No decurso dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2020 e 31 de março de 2021 com referência ao Grupo, foram efetuadas as seguintes transações e existiam os seguintes saldos com partes relacionadas:

31.03.2020					
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	4.970	8.196	3.112	24.841	-
Conjuntamente controladas	205.061	-	203.363	-	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	-	-	631.114	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	47.357	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	13.950	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-
	210.030	8.196	206.475	717.262	-
31.03.2021					
	Contas a receber	Contas a pagar	Rendimentos	Gastos	Dividendos
Acionistas	-	-	-	-	-
Empresas do Grupo CTT					
Associadas	-	-	-	-	-
Conjuntamente controladas	691.917	2.050	314.019	252.591	-
Membros do (Nota 23)					
Conselho de Administração	-	-	-	717.999	-
Comissão de Auditoria	-	-	-	39.643	-
Comissão de Vencimentos	-	-	-	4.950	-
Assembleia Geral	-	-	-	-	-
	691.917	2.050	314.019	1.015.183	-

No âmbito de transações realizadas com partes relacionadas não foram assumidos compromissos, ou dadas ou recebidas quaisquer garantias para além das cartas conforto em favor da CTT Expresso, sucursal em Espanha, mencionada na Nota 19.

Não foram reconhecidas provisões para dívidas duvidosas ou gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou duvidosas devidas por partes relacionadas.

As remunerações dos órgãos sociais dos CTT, S.A. encontram-se divulgadas na nota 23 – Gastos com Pessoal.

27.Outras informações

O contrato de concessão do serviço postal universal, cujo termo estava previsto para 31.12.2020 foi prorrogado até 31.12.2021 pelo Decreto-Lei n.º 106-A/2020, de 30 de dezembro. Em fevereiro de 2021, os CTT desencadearam um procedimento formal destinado à resolução das questões relacionadas com a sustentabilidade do atual Contrato de Concessão, em particular, requerendo a compensação pela prorrogação unilateral.

Mantendo-se a situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, Portugal esteve a quase totalidade do trimestre em estado de emergência, tendo os CTT, tal como no ano anterior, e ao abrigo da cláusula de força maior do Contrato de Concessão, continuado a implementar as normas de saúde pública, emanadas das autoridades competentes, bem como a adotar as medidas complementares necessárias e adequadas para proteger trabalhadores e utilizadores, e a assegurar o funcionamento e continuidade dos serviços postais. Os CTT continuam a reportar periodicamente o estado da situação da rede postal ao Governo, na qualidade de contraparte no contrato, e à ANACOM, a autoridade reguladora responsável pela fiscalização da prestação do serviço universal.

Os processos judiciais relativos à Decisão da ANACOM referente aos parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho aplicáveis à prestação do serviço postal universal, de julho de 2018, correm os seus termos. A ação arbitral intentada contra o Estado Português, na qualidade de concedente, encontra-se na fase de produção de prova. Nas ações administrativas intentadas contra a ANACOM, a primeira relativa à mesma decisão e a segunda relativa à deliberação de dezembro de 2018 referente aos novos procedimentos de medição a aplicar aos indicadores, não se registam desenvolvimentos relevantes.

O processo relativo à proposta de aplicação de onze multas contratuais, iniciado em 2018, no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Postal Universal, com fundamento em alegados incumprimentos de obrigações resultantes do contrato, ocorridos durante os anos de 2015, 2016 e 2017, após produção adicional de prova por determinação do Concedente, aguarda ainda decisão. Em 25 de março de 2021, foi proferida decisão pela ANACOM em dois processos de contraordenações por alegada violação da obrigação de possuir o livro de reclamações físico nos estabelecimentos a que respeita a sua atividade e pela alegada violação da obrigação de facultar imediata e gratuitamente o livro de reclamações aos utentes que o solicitaram, na qual os CTT foram absolvidos da prática de 10 contraordenações e condenados no pagamento da coima única de 82.000 euros pela prática de 16 contraordenações. Os CTT vão impugnar judicialmente esta decisão da ANACOM.

Impacto da COVID-19

A deterioração da situação sanitária no início de 2021, levou a um agravamento das medidas de contenção e à introdução de um novo confinamento geral em Portugal, que deverão conduzir a uma quebra generalizada da atividade económica. No entanto, esta quebra, poderá ser mais moderada do que no primeiro trimestre de 2020, em virtude de uma maior resiliência da atividade económica, fruto da adaptação por parte de famílias e empresas às medidas restritivas.

No segundo trimestre do ano de 2021, é expectável uma recuperação da atividade económica com o levantamento progressivo das medidas de contenção e com a disseminação da vacinação.

A pandemia de COVID-19 continuou a afetar consumidores e empresas, no entanto, o Grupo manteve a sua atividade em funcionamento, procurando simultaneamente preservar o valor dos serviços tradicionais e continuando a apostar nos negócios ligados às plataformas digitais e e-commerce. No presente trimestre assistiu-se, inclusivamente, a um crescimento dos rendimentos operacionais e EBIT, impulsionados sobretudo pelo forte crescimento dos rendimentos do Expresso e

Encomendas e também do Banco CTT, que compensaram o decréscimo dos rendimentos no Correio e Outros e nos Serviços Financeiros e Retalho.

No contexto de pandemia o Grupo continuou a efetuar as seguintes análises adicionais:

- No âmbito das moratórias públicas (Decreto-Lei 10-J/2020 e Decreto-Lei 26/2020) A 31 de março de 2021 existiam 769 moratórias que correspondem a 42,4 M€ (33,0 M€ de crédito à habitação, 6,5 M€ de crédito automóvel e 2,8 M€ de outros créditos), representando 3,7% do total da carteira bruta de crédito. Do total de moratórias terminadas, existem cerca de 2,5 M€ com atrasos superiores a 30 dias, que representa cerca de 10% do total de moratórias privadas terminadas em 30 de setembro de 2020.
- Análise da existência de indícios adicionais de imparidade decorrentes dos impactos da COVID-19 nos resultados dos vários negócios do Grupo, de acordo com as atuais previsões, que poderiam indiciar a existência de imparidade do goodwill e de outros ativos não correntes, nomeadamente ativos tangíveis e ativos intangíveis, não tendo sido identificadas imparidades adicionais a reconhecer;
- Revisão da existência de contratos onerosos devido à situação atual, não tendo sido identificados contratos que devessem ser considerados como contratos onerosos;
- Monitorização da evolução do cumprimento dos covenants dos financiamentos, não tendo identificado situações de incumprimento.

Apesar de se manter a elevada incerteza quanto à evolução da pandemia e aos seus efeitos sobre os negócios do Grupo, é entendimento do Conselho de Administração que face à sua situação financeira e liquidez, o Grupo ultrapassará os impactos negativos desta crise, sem estar em causa a continuidade do negócio. A gestão irá continuar a monitorizar a evolução desta ameaça e as suas implicações no negócio e facultar toda a informação necessária para os seus stakeholders.

28.Eventos subsequentes

No dia 1 de abril de 2021, os CTT – Correios de Portugal, S.A., através da sua subsidiária Banco CTT, celebraram com a SFS – Financial Services, IME S.A. (“Sonae Financial Services”), entidade gestora do portfólio de produtos e serviços financeiros com a marca Universo, em contrato de parceria na área de cartões de crédito, válido para os próximos cinco anos e orientada para o longo prazo.

Nos termos do referido contrato, o Banco CTT passará a ser o único credor em relação à carteira de crédito do Cartão Universo, sendo responsável pelo processo de decisão de crédito, incluindo a aprovação ou cancelamento de linhas de crédito, de acordo com as suas próprias políticas de crédito e risco. A Sonae Financial Services continuará responsável pela emissão e desenvolvimento da oferta do Catão Universo, bem como pelos programas de atendimento e fidelização dos clientes.

O Cartão Universo dispõe atualmente de uma base de cerca de 850.000 clientes, sendo um dos principais cartões de crédito no segmento de retalho em Portugal, com uma quota de mercado superior a 13%. O presente contrato permitirá ao Banco CTT reforçar a sua presença no segmento de crédito ao consumo.

Através de uma operação de mercado, o Banco CTT adquiriu créditos de 104 milhões de Euros, estando previstas aquisições adicionais a decorrer durante a parceria e sendo expectável que esta carteira evolua para montantes superiores a 300 milhões de euros num período de 12 meses. Esta operação vem reforçar a capacidade de geração de resultados do Banco CTT e será financiada pela liquidez e fundos próprios do Banco CTT (com capacidade de geração e recolocação de capital).

Conforme referido na nota 23, na Assembleia Geral realizada a 21 de abril de 2021, foi aprovado um novo Regulamento de Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais para o mandato 2020-2022, que substitui o regulamento em vigor àquela

data. Este regulamento altera os pressupostos de atribuição da Remuneração variável anual (RVA), e altera a forma de remuneração variável de longo prazo (RVPL) para um mecanismo de “stock options”.

Em 3 de maio de 2021 a ANACOM publicou seis decisões relativas aos termos e condições que devem estar associados à prestação do serviço universal (SU) e os termos em que o SU será prestado pelo(s) prestador(es) de serviço universal que for(em) designado(s) após a atual concessão, mantendo em larga medida o teor dos sentidos prováveis de decisão, em particular, sobre:

- critérios a que obedece a formação dos preços do serviço postal universal;
- parâmetros de qualidade de serviço e objetivos de desempenho associados à prestação do serviço postal universal.
- distribuição de envios postais em instalações distintas do domicílio;
- conceito de encargo financeiro não razoável para efeitos de compensação do custo líquido do serviço postal universal;
- metodologia de cálculo dos custos líquidos do serviço postal universal; e
- informação a prestar pelo(s) prestador(es) de serviço postal universal aos utilizadores.

Com exceção do acima mencionado, após 31 de março de 2021 e até à presente data, não ocorreu qualquer facto relevante, considerado material, para a atividade do Grupo que não tenha sido divulgado no anexo às demonstrações financeiras.

O DIRETOR DA CONTABILIDADE E FISCALIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO